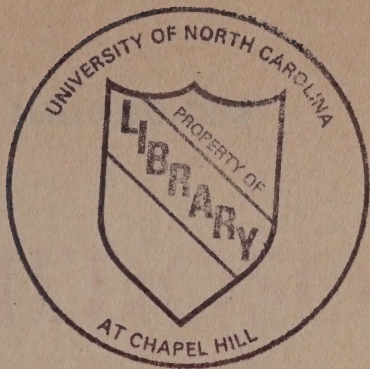
ARLOS MALHEIRO DIAS

O Piedoso e o Desejado

"Sociedade Editora Portugal Brasil"

CARLOS MALHEIRO DIAS

O "PIEDOSO" E O "DESEJADO"

LISBOA
PORTUGAL-BRASIL
SOCIEDADE EDITORA
ARTHUR BRANDÃO & C.ª
58 — RUA GARRETT — 60

1925

À

MEMÓRIA

DE

ANTÓNIO SARDINHA

O "PIEDOSO" E O "DESEJADO"

OMEÇADA no reinado trabalhoso e longo de D. João III a colonização do Brasil, decorrendo até o advento dos Filipes de Castela os sucessos que preparam os prelúdios da futura nacionalidade, seria difícil de compreender a *Idade Média Brasileira* se não lhe precedêssemos os anais com o painel histórico da metrópole, esboçando a largos traços o período das seis décadas incompletas que decorrem desde o acesso ao trono do filho juvenil do *Venturoso* até à consumação da perigosa política matrimonial em que por tanto tempo andaram

empenhados os soberanos das duas nações peninsulares.

A dinastia do duque de Beja, que inaugurou com tamanhos signos de ventura o triunfal reinado manuelino, atroando o Oriente e o Ocidente com o clangor estrepitoso das batalhas e dos cortejos, fenece com o seu bisneto — cuja sorte infeliz Santa Terêsa de Jesus haveria de chorar —, epilogada pelo simulacro de um rei inquisidor, pontífice malogrado cuja mão, acostumada ao báculo, não sustém o pesado scetro de D. João II, que logo deixa cair no sepulcro.

Dos males que corrompiam o pequeno reino soldadesco e rural de D. João I e D. Afonso V, conduzido pelo génio político do filho do *Africano* aos seus grandes destinos históricos, beneficiou o Brasil — único fruto sazonado do consórcio da pequena nação com o oceano, — pois predispuseram os desterrados a eleger como pátria mais caroável a terra bárbara, onde reinava sôbre tôdas as outras a lei da na-

tureza. Finalmente, a solução dinástica unitária actuou no sentimento dos expatriados, relaxando os laços que os prendiam ao solo natal.

Na construção do lar e da pátria o homem empenhou sempre indomáveis energias. Acantonados nos litorais, entre o mar e a selva, tendo que vencer simultâneamente a gentilidade recalcitrante e a natureza insubmissa, os exilados sentiam-se os criadores — e de facto o eram, — de uma nova nação. Ali se regeneraram, na labuta da vida rural, do mercantilismo que estagnara as seivas populares, regressando à vigorosa existência medieval.

Não há maior amor que o alimentado pelo sacrifício, nem fôrças que domem a sêde da liberdade.

Depois que o louro e belo fantasma de um revivente Avis se dissolveu no furacão eqùestre da batalha de Alcácer, vamos ver ressurgir no Brasil o nacionalismo ancestral, preparando a geração que haverá,

no século seguinte, de expulsar os holandeses do solo pátrio, dominando-os na Aljubarrota brasileira dos Guararapes, e gerar a alma insuplantável da nacionalidade recém-nascida.

HAVIA apenas três anos que D. Manuel casara com a esbelta infanta D. Leonor, irmã do imperador Carlos V, futura rainha de França (1) e concertada noiva de seu filho, quando, acometido por doença epidémica, morreu de encefalite letárgica, no dia 13 de Dezembro de 1521.

Tendo disposto em testamento a sua vontade de que sepultassem em rasa campa aquele que em vida usara o título ostentoso de rei de Portugal e dos Algarves, de àquem e de àlém mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navega-

---

(1) D. Leonor, viúva de D. Manuel, casou com Francisco I em Agôsto de 1530, a quando do concêrto de pazes com o imperador, que lhe restituïra os filhos guardados em Espanha como refens.

ção e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, altas horas de noite invernosa o levaram à igreja inconclusa de Nossa Senhora de Belém, metido em um ataúde, sôbre uma azémola, acompanhado por tôda a côrte «*que seriam bem dous mil de cavalo e mais de seiscentas tochas*»...

> «Já passada a meia noite,
> «tres horas antes do dia,
> «metido em um ataúde
> «o que inda há pouco regia,
> «o grande senhor do Oriente
> «de seus paços se partia...

Seis dias depois, a 19 de Dezembro, armava-se no templo de S. Domingos o palco, coberto de razes de figuras, para a solenidade do levantamento do herdeiro da coroa.

Dos paços da Ribeira, à margem do Tejo, saiu o príncipe, que vestia opa roçagante de brocado forrada de peles de marta, adaga e cinto de ouro sôbre o gibão de tela argêntea, ao pescoço um colar de pedrarias, na cabeça a gorra de

veludo preto de meia volta: traje português que sempre presou e manteve entre as galas castelhanas e flamengas da côrte. Com quási vinte anos, era grosso de corpo e de meã estatura, como está nos retratos que dêle pintaram os mestres da época, os olhos entre verdes e azuis, o pescoço curto, e na testa a perdurável cicatriz do desastre que aos doze anos o ia vitimando nos paços de Santos-o-Velho. Sem ser airoso, embelezava-o a natural e efémera gentileza da mocidade e engrandecia-o a nativa e grave altivez: «*tão severo que não deixava passar aos fidalgos os limites da reverência*».

O herdeiro do trono montava á bastarda um cavalo com sela e brida guarnecidas de brocado de púrpura e ouro, que o infante D. Fernando conduzia pela rédea. À testa do préstito cavalgava o infante D. Luís, discípulo do capelado Pedro Nunes, mais tarde candidato à mão da raínha Maria de Inglaterra, e companheiro de Carlos V na expedição a Tunis. Le-

vantava desembainhado o estoque de condestável. Aos estribos, apanhando nas mãos as faldras da opa real, iam os favoritos do príncipe, D. António de Ataíde, futuro conde de Castanheira e vèdor da Fazenda, e D. Álvaro de Castro. Em volta, a pé, a nobreza do reino: os duques de Bragança, de Caminha e de Tôrres Novas, o marquês de Vila-Real, os condes de Alcoutim, de Penela, da Feira, de Portalegre, de Vila-Nova, e o impetuoso almirante dos mares da Índia, D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, único sobrevivente dos gigantes da epopeia da India. O velho conde-prior D. João de Menezes, que comandara a esquadra enviada em socorro de Veneza por D. Manuel, de quem fôra mordomo-mor, arvorava nas mãos senis o estandarte real. Guiavam o cortejo, cuja guarda-roupa ainda era a do espantoso fausto manuelino, os coruscantes arautos, reis de armas e passavantes, os porteiros de maças, a cavalo, e multidão de trombetas, chara-

melas e atabales, que expediam fulgores metálicos e chamas vermelhas de damascos.

Primeiro em silêncio até às portas da Ribeira, para que não ouvisse a joven rainha viúva o clamor de regosijo; depois, envolto no estrondo festival das músicas e das aclamações, o préstito caminhou ovante para S. Domingos.

Do corcel ajaezado apeou-se o príncipe no alpendre paramentado de tapeçarias de sêda e ouro, recebido pelo cardeal D. Afonso, seu irmão, a quem Leão X dera o capêlo em idade quási pueril, e por todos os prelados residentes na côrte, que empunhavam os báculos. Á porta da igreja estava armado o teatro espaçoso com oito degraus de altura, coberto de razes, onde se sentou em uma cadeira com dossel de brocado o moço D. João III. Ficaram de pé, junto dêle, os infantes D. Luís e D. Fernando, e em um banco de veludo o infante prelado, sob a umbela cardinalícia.

Finda a solenidade, revestida das os-

tentosas pompas da Renascença, e entoado o *Te Deum laudamus,* recolheu-se o soberano pela Rua Nova de El-Rei aos paços da Ribeira, acompanhado dos infantes e fidalgos a cavalo, seguido pela vaga agitada e colorida do povo.

Para bem estreado princípio do reinado, conta frei Luís de Sousa que o monarca, ao despirem-lhe dos ombros a faustosa opa de brocado, mandou que fôsse levada aos frades dominicos da serra de Almeirim para a aproveitarem em algum ornamento de altar. Êste foi o primeiro acto de piedade cristã do soberano, que mais tarde entregaria o govêrno do Tribunal-da-Fé à mesma ordem dominicana que presenteara com o manto sumptuoso da coroação.

ESDE Afonso Henriques — rei de um pequeno condado que a espada real e a dos barões dilataram até ao Alemtejo — que o minúsculo reino, nascido em apertado castelo, espantosamente crescera no decurso de catorze reinados, encorporando o Algarve, transpondo os mares, sujeitando territórios imensos em três continentes, conduzindo os seus soldados ao Oriente, reduzindo à vassalagem os soberanos da Pérsia e da Índia, ascendendo à posição de grande potência colonial, naval e militar.

O ímpeto expansionista da enérgica nação projectara-se a distâncias inverosímeis. Mas tam desmarcadas emprêsas já lhe causavam o ofêgo e arquejo da fadiga.

Do alto do trono, D. João III, medindo a área dos domínios que lhe legava o pai, podia considerar-se o detentor de um poderio eqùivalente ao de Augusto, cujas conquistas os seus cronistas invocavam como única bitola por que era digna de medir-se a glória de Portugal. Na Mauritânia mantinham-se oito praças fortes: Cabo de Gué, Çafim, Azamor e Mazagão no Atlântico, Ceuta, Alcácer, Tânger e Arzila no estreito, à bôca do Mediterrâneo. O castelo de Arguim marcava o limite setentrional das colónias africanas: Cabo Verde e a Etiópia ocidental, a cidade de S. Jorge da Mina, a costa da Malagueta e o reino do Congo. Da outra banda do Atlântico, em frente do litoral africano, os territórios imensuráveis do Brasil, já postos no planisfério, com seus cabos, ilhas, baías e rios baptizados, aguardavam que minguasse o entusiasmo pelo Oriente para que as charruas trilhassem as suas leivas fecundas. Na costa oriental da África, desde a aurífera Sofala, os padrões das

quinas perfilavam-se nas praias até o reino do Preste João da Abissínia; e, enfim, a Índia, joia fatal da coroa portuguesa, estampava no horizonte o recorte dos pagodes, almenaras e palmares.

Governava-a naquele ano de 1521 D. Duarte de Menezes, filho do prior do Crato. De Ormuz era capitão D. Garcia Coutinho; de Malaca, Jorge de Albuquerque; de Sofala, o velho Sancho de Tovar, companheiro que fôra de Cabral no descobrimento do Brasil. Cochim, Chaul, Cananor, Coulão e Calecute eram as pérolas do colar em que resplandecia Goa, capital do império, côrte e assento ordinário dos governadores, opulenta e já soberba Lisboa oriental, para onde partiam anualmente do Tejo as esgotadoras armadas da nova Veneza atlântica, sôbre que reinava o afilhado do embaixador Pascuáligo. As praças de Columbo e Pacem, edificadas nas ilhas de Ceilão e Sumatra, vigiavam as mais remotas paragens da dominação marítima portuguesa.

«Machina grande e bem necessitada de um valeroso e sabio governador, se considerarmos que ficava sendo Portugal com todo seu povo e rendas hum ponto, e ponto indivisivel comparado com tamanha circumferencia, e tanta differença de terras», observa frei Luís de Sousa ao descrever os domínios gigantescos do pequenino reino da ourela da península ibérica, plantado em Ourique pelo ambicioso filho do conde borgonhês.

Para governar êste império requeria-se, com efeito, o génio de um político consumado, protegido por estrêla propícia e secundado por estadistas de invulgar estatura. Até ali, os super-homens criados pela dinastia de Avis tinham bastado para vasculhar os mares, revelar o planeta, descobrir o caminho da Índia e a América austral, conquistar e manter as cidadelas da Berberia — escolas de coragem e dextreza —, subjugar as rebeliões do longínquo Oriente. Mas a estrêla do *Venturoso* bruxoleava à medida que se extingüia a geração de Quatrocentos. Principiava a

reconhecer-se que a opulência da Rua Nova arrùinava o país, que a glória empobrecia a nação. O dispêndio das armadas, o prejuízo dos naufrágios, o custo pesado das guerras incessantes endividavam o erário. Ao tinir do ouro associava-se o retinir das espadas. Marte andava ao serviço de Mercúrio.

O êxito triunfal das navegações, pasmo e ciùme da Europa, e a exibição orgulhosa que D. Manuel fizera das suas riquezas enganadoras excitavam as competições e as invejas. A amizade com Castela, selada por tantas alianças matrimoniais, paga com tantos dotes, ameaçava toldar-se com a viagem de Fernão de Magalhães, que prometera a Carlos V abrir um novo caminho para o Oriente à navegação espanhola e provar que as Molucas cabiam na sua zona de partilha. Em França, Francisco I declarava desconhecer a cláusula do testamento de Adão, que repartira o mundo entre os dois reinos da península, e com êsse fundamento espirituoso con-

cedia cartas de marca aos fibusteiros da Normandia e da Bretanha. Os corsários infestavam as solidões dos mares, assaltavam as armadas portuguesas, iam resgatar com desassombro às terras da coroa, semeavam o pánico nas rotas sulcadas pelas náus de comércio. Os seus latrocínios não conheciam limites. Só lhe faltava o nome para ser uma guerra, pois portugueses e franceses se atracavam e acometiam iradamente onde quer que se encontrassem no oceano; e o que mais espanta é que a pequena nação haja podido rechaçar as repetidas tentativas de usurpação contra os seus longínquos domínios e repelir os intrusos à espada, a arcabuz e a canhão de tôdas as partes em que diligenciaram instalar-se.

Nessa luta de reclamações, de estratagemas, de ciladas e peitas, que era a arte diplomática da Renascença, em que D. João III se empenhara com a côrte da França; e na luta não menos pertinaz sustentada contra a influência dos cristãos-

-novos junto da Cúria, ia consumir o rei parte do tempo do seu longo reinado. A ambos os pleitos associara o inquebrantável brio da majestade, acabando por vencê-los com aquela obstinação que era um dos distintivos do seu carácter tenaz, varrendo a ferro e fogo dos mares brasileiros os corsários da França, fundando as capitanías feudais para com mais segurança os repelir, e obtendo de Roma, finalmente, sem restricções, a bula que a sua fé sincera e o seu brio ambicionavam, em pé de igualdade com a Espanha, onde Colombo viera já encontrar a Inquisição instalada quando regressou, ufano, do descobrimento da América.

A tarefa extenuante com que tinham de arcar os ministros de D. João III, e principalmente o velho António Carneiro—espécie de Pombal quinhentista,—e depois Pedro de Alcáçova, seu filho e sucessor no ofício, era nada menos que formidável: cuidar da Índia, responder às consultas numerosas que vinham do Oriente, estar

atento às altercações e intrigas asiáticas, prover as armadas, sustentar as praças de África, olhar pelo abastecimento dos arsenais, promover a venda das especiarias e fiscalizar a feitoria da Flandres, vigiar a ordem pública, acudir às epidemias e às fomes, resolver os embaraços financeiros, encaminhar a política externa nas côrtes de Espanha, de Roma e de França, manter a autoridade régia sôbre multidão de funcionários civis e militares, vizo-reis, governadores, donatários, capitães, alcaides e feitores, espalhados pela África, Ásia e América.

Infunde pasmo o exame dos documentos que restam dêsse tempo, nos quaes se observa o empenho de submeter a um ritmo de ordem o copioso expediente das secretarias do Estado e o esfôrço em conservar nas mãos centralizadoras do soberano a suprema regência de um desmedido império. Era tamanha a canceira do rei, que êste se viu na necessidade de ampliar os poderes dos desembargadores

do paço, cometendo-lhes o despacho em seu nome para muitos casos que eram até ali da régia jurisdição.

Nenhum príncipe tomou mais a sério os negócios do Estado do que êste monarca de estilo espanhol. Excepto na guerra, para que não o fadara a inclinação pacífica, D. João III pautava a sua conduta pelo exemplo de Carlos V e supria o génio de um estadista pelo zêlo escrupuloso e a régia dignidade com que exercia os deveres do seu cargo. Vamos vê-lo debater-se numa luta que seria grandiosa se o rei dispusesse dêsses dons psíquicos de dramatização e de poesia que enaltecem os heróis e os armam de secreto e imortal poder de fascinação. Devoto, mas sem os arroubos e transportes de misticismo que geram santos e paladinos; movendo-se pesadamente por entre o cerimonial severo da pragmática palaciana; tendo da majestade da sua investidura uma compenetrada consciência; faltavam-lhe, todavia, os magnéticos atributos da beleza e

da marcialidade. Era o beneficiário e a vítima da herança desconforme que lhe haviam amontoado os talentos de D. João II e a fortuna de D. Manuel. São infatigáveis os seus esforços para não deixar decaír Portugal da situação a que o tinham elevado os predecessores, para manter o equilíbrio instável do edifício gigantesco, de pêso desproporcionado aos alicerces. O seu formalismo denuncia o permanente anelo de representar com alta compostura o seu papel de monarca da Renascença. Interpretava a autoridade do poder real com grandeza exemplar. Duas vezes cunhado de Carlos V, depoís do matrimónio com a infanta D. Catarina e do casamento da formosa D. Isabel com o imperador, era tam cioso das suas prerogativas que alterou as praxes da entrega de credenciais dos embaixadores, ao saber que o rei de Espanha recebera sentado a Luís da Silveira. Nascera para rei, quando já o pai afortunado ascendera de duque de Beja, vassalo de um autócrata, a quem tivera de

beijar a mão manchada do sangue do duque de Viseu, às grandezas vertiginosas de herdeiro, jurado em Toledo, do trono de Espanha, e engastara na coroa o domínio da Índia: resplandecente diamante lapidado pelas espadas de gloriosos capitães.

¡O orgulho de um rei português da Renascença! Quando o infante D. Luís acompanha Carlos V na expedição de Tunis, D. João III recomenda ao irmão, no regimento que mandou redigir, não aceite do imperador prémio algum, nem mesmo o Tosão de Ouro, que reduziria a significação desinteressada do poderoso auxílio que lhe prestava; e é sabido que por mais de uma vez Carlos V se queixou ao embaixador de Portugal de que o cunhado sempre evitava dar-lhe o tratamento de majestade na correspondência oficial e privada. A' única filha sobrevivente, a infanta D. Maria, logo lhe ambiciona para marido D. Filipe, príncipe real de Castela, desprezando a opinião dos prudentes, que alegavam as despesas do dote enormíssi-

mo e aconselhavam casasse a princesa no reino com o infante D. Luís, afim de fortalecer com o consórcio a sucessão da coroa. Resistindo às advertências, obstinado em querer na cabeça da filha uma coroa de rainha, surdo ao protesto veemente do conde de Vimioso, consente que nas escrituras nupciais se exare a cláusula de entrar a futura rainha de Espanha na herança do trono de Portugal, à falta de herdeiro varão — tão certo era que as diretrises da política universalista e expansionista das duas nações peninsulares se haviam justaposto pelo sentimento de unidade que as animavam. E quando já estava concertada a data do matrimónio, êle próprio quebra os ajustes, sentindo-se desconsiderado pelo imperador, só porque êste nomeara mordomo-mor da princesa a D. Francisco de Borja, duque de Gândia — o futuro santo, — em substituïção do seu candidato, D. Aleixo de Menezes, futuro aio de D. Sebastião.

A altivez nivelava-se nêle com a muni-

ficência. A prodigalidade real resistia às admoestações aflitas do vèdor da Fazenda, seu valido. Observando-lhe um dia o conde de Castanheira que, em tamanha penúria do erário, sustentava o rei em seu serviço muita gente escusada, mandou que lhe levasse o secretário dois róis, um dos criados necessários e o outro dos inúteis. E examinando-os, concluíu por declarar ao vèdor: «*Destes tenho eu necessidade, e estes outros teem necessidade de mim*». Era nobre e liberal o conceito, mas os ajuizados murmuravam das despezas excessivas da coroa, da prodigalidade do monarca em tenças aos servidores e favoritos. Tantas eram as murmurações que um prègador ousou — ¡ atrevimento insólito para o tempo! — advertir do púlpito o soberano que fizesse consciência do muito que dispendia, e «que pois a náu se ia ao fundo com tamanha carga, convinha alijar ao mar as mercadorias, aliviando-a de tantas tenças». Ofendido na sua majestade pela admoestação pública, ordenou o rei que

do mesmo lugar fôsse reprovada a doutrina revoltosa.

O dominicano a quem fôra confiada a réplica declarou do púlpito que tirar as tenças e as moradias aos vassalos beneméritos da pátria corresponderia a alijar gente viva ao mar. E tanto agradou ao rei a sentença que dela passou a servir-se para justificar as dádivas incessantes (1). Esta

---

(1) Na carta que o conde de Castanheira escreveu a D. João III (1539?) expondo-lhe o estado das finanças da coroa, e em que adverte o monarca da necessidade imperiosa de fazer economias, exceptua delas as tenças: «com as tenças se não deve de bulir, porque essa he a vida dos fidalgos e pessoas principays de seus Reynos, e muy poucas ou nenhumas ha que não sejão muy bem merecidas: e alem disso he o mais barato soldo por que se podem achar soldados, quanto mais taes pessoas como são as que tem: e bem se vio agora em Çafim, que mil soldados custarão pouco menos, ou por ventura mais de dez mil cruzados, e não chegarão a tempo; e portugueses foram mais de mil com cem fidalgos... e isto se paga com humas poucas de tenças; e as mais dellas já d'antes merecidas, e fica o dinheyro no Reyno e em pessoas que, quando vão a servir, lhe não lembra senão o amor que tem a Vossa Alteza com que o fazem». Frei Luís de Sousa, *Annais*, pág. 456.

munificência, aliada à sua grave prudência e às normas pacíficas da sua política mereceram-lhe ser comparado a Salomão pelo núncio Lippomani: *In veris Salomonis similitudem Regis*...

Pesado, falando pausadamente, tendo deixado crescer as barbas como Carlos V — êle era, na concepção soberba da realeza, adequada á grandeza do império que o seu scetro regia, na protecção ás artes e ás letras, na liberalidade ostentosa, no acertado senso das resoluções, o émulo do poderoso cunhado.

Austero e piedoso, estimava os homens honrados; tinha em subido conceito a virtude; esforçou-se por moralizar os costumes e extirpar a gangrena da Índia. De uma vez, por Fernão Álvares Cabral expedia ordens terminantes para que se restituïsse ao rei de Ceilão dinheiro e joias que se lhe haviam tomado, pagando-se pela avaliação o que já houvesse sido desbaratado. Vasco da Gama é mandado por êle á Índia para reprimir, com a sua auto-

ridade rigorosa, a indisciplina e os abusos, e avigorar com a presença prestigiosa a honra embaciada do nome português. Mais tarde, quando Martim Afonso de Sousa regressou, em 1546, do Oriente, o rei ordena fosse recolhido á Casa da Moeda um cofre com 300.000 pardaus que o governador trazia da Índia.

Possivelmente, D. João III não era aquele grande monarca retratado pelos áulicos humanistas, mas sabia parecê-lo. A experiência de António Carneiro e os talentos de Pedro de Alcáçova deram ao seu govêrno, quer na administração do império, quer nas relações internacionais, uma íntelectual grandeza. As colonizações ultramarinas, as proezas militares da Índia e o explendor a que atingiram as letras e as artes no seu reinado refletem sôbre a figura sem beleza do rei uma majestosa imponência. Embora o pai tivesse procurado fazer dêle um príncipe letrado, D. João III não conseguira sequer adextrar-se convenientemente no uso da língua latina, pedra de

toque da cultura quinhentista. Teve, porém, a glória de contar entre os súbditos o maior poeta das Espanhas, escritores como João de Barros, António Ferreira e Sà de Miranda, humanistas como Diogo de Teive e André de Gouveia, Jerónimo Osório e Damião de Gòis, servidores do quilate de D. João de Castro, Tomé de Sousa e Mem de Sá, uma irmã como a erudita infanta D. Maria, um irmão como o culto D. Luís.

Embora a nação se esgotasse e deperecesse a olhos vistos, a Lisboa-bazar, cosmopolita e comercial, dos novos ricos da especiaria, com os seus burgueses opulentos, os seus banqueiros italianos, os seus feitores alemães, os seus sapientes humanistas, os seus artistas magníficos, os seus fidalgos já educados nos requintes da Renascença e no fausto do Oriente, era a moldura colorida de uma côrte hirta de pragmática e formalismo. Ás ostentações de rajá de D. Manuel sucedera uma pompa mais severa e menos exibicionista. Subsidiando numerosos estudantes em Paris, susten-

tando as obras dispendiosas dos Jerónimos e de Tomar, reedificando o aqueduto de Évora, reformando a Universidade, o rei representava magnificamente o seu papel. Quando, em companhia da rainha e de tôda a côrte, foi a Coimbra visitar solenemente a Universidade, que engrandecera, e assistir em todos os gerais das escolas ás lições dos mestres, compararam-o a Pompeu, que no regresso da campanha contra Mitridates fôra a Rodes ouvir as prelecções dos filósofos gregos.

Certamente, êle não era um Pompeu, mas não era tambem o Torquemada coroado que se afigura a alguns historiadores.

NTRODUTOR da Inquisição em Portugal, D. João III aparece-nos ainda hoje envolto na fumarada tétrica dos autos-de-fé, que embacia o frio esplendor do seu reinado.

Quando, ao têrmo de longos anos de demandas com a Cúria, a Inquisição foi definitivamente estabelecida em 1547, a cooperação israelita na economia nacional era jà diminuta. O Santo-Ofício vinha apenas regular um problema de ordem internacional (defesa contra a Reforma desagregadora) e interna, estabelecendo uma jurisdição especial para os delitos contra a fé.

Constituído, em parte, nas províncias

meridionais com a encorporação da população moura, que os conquistadores não expulsaram, o povo português era no fim do século XV, com a proliferação do elemento israelita, um aglomerado heterogéneo de religiões e de raças. A conversão dos hebreus adquiriu a importância de um problema social e político. Confinados nos trabalhos agrícolas e na domesticidade, os mouros não representavam, a bem dizer, estôrvo à unidade moral da nação. Já não assim os judeus, cujo ascendente cultural e económico lhes garantia influência considerável na sociedade do tempo e que, pelo seu desenvolvimento progressivo, vinha criando um estado de conflito quási permanente com a maioria cristã da população. Como se não fôra já bastante a diversidade irredutível da raça judaica, parcimoniosa, ávida de lucros, enceleirando haveres obtidos à custa da imprevidência do cristão, o antagonismo das crenças religiosas favorecia com um pretexto simplista o ódio que a plebe nutria

contra êles. O Estado não fizera senão agravar êsse conflito latente, aproveitando-lhes os serviços na cobrança dos tributos. Já não era possível aos homens do govêrno descurar um problema que ameaçava assumir a breve praso uma gravidade aguda. Entretanto, pela multiplicidade dos seus aspectos, êsse problema político afigurava-se de solução difícil. A perseguição dos judeus, detentores do alto comércio, capitalístas e banqueiros, num momento em que Portugal mais carecia de capitais e de capacidades mercantis, pois ia lançar-se nos empreendimentos comerciais do Oriente, seria um grave êrro económico. D. João II, homem de Estado, nítidamente o compreendeu ao resolver dar asilo aos judeus perseguidos pela Inquisição de Castela, obtendo com a magnânima conceção dois proveitos, que o seu génio fizera caber no mesmo saco. Simultâneamente, engrandecia a classe capitalista, essencial ao progresso das iniciativas comerciais, e cobrava aos foragidos um

tributo que vinha aliviar o erário das pesadas despesas originadas pelo incremento da navegação.

D. Manuel encontrara assim agravado o aspecto social do problema. Espírito culto e essencialmente utilitário, verdadeiro príncipe da Renascença, sem o carácter escrupuloso e puritano do filho, aplicou um critério de oportunismo político ao caso embaraçoso. A resolução desumana do novo Herodes, de expulsar os israelitas — aliás tam conforme ao rancor que os povos peninsulares alimentavam contra os hebreus, — foi-lhe imposta pela razão de Estado: obedeceu ao empenho de aliar-se à filha dos reis Católicos, reünindo sôbre a cabeça do descendente as três coroas de Portugal, Castela e Aragão. Dado êsse passo, e tendo medido as ruïnosas conseqüências de um êxodo que desfalcava o país em população, em cabedais e em aptidões, D. Manuel tentou por métodos maquiavélicos e crueis resolver definitivamente o grave problema secular da política

interna portuguesa, e cominatóriamente decretou a conversão em massa. Se fôra possível o êxito de tal processo, tôdas as violências que êle impunha haveriam sido resgatadas pelas conseqüências salutares que daí adviriam. D. Manuel parece ter acreditado na vitória do seu sistema, que lhe poupava os súbditos e fazia desaparecer, perante o fanatismo bronco do povo, um dos factores justificativos das dissenções entre os prosélitos de dois crédos irreconciliáveis. Ao morrer, em 1521, deixara em vigor leis que protegiam os cristãos-novos e consubstanciavam a sua política de espectativa. Quando, em 1506, a populaça, excitada por dois frades dominicanos, se entregou, num acesso de delírio fanático, à chacina atroz dos cristãos-novos, D. Manuel, enraivecido pelo ultraje à sua autoridade e revoltado contra os desmandos sangüinários da plebe, exautorou Lisboa dos seus fóros, ordenou implacáveis castigos nos culpados e mandou executar os frades que haviam incitado o povo à he-

dionda carnificina. Tudo fôra, porém, baldado. Nem os hebreus repudiavam a sua crença ancestral, nem o ódio declinava no povo.

D. João III herdava, pois, multiplicadas, as dificuldades que os seus antecessores não tinham podido resolver. O país quási inteiro, excepto alguns letrados e homens de govêrno, hostis à satisfação das cegas e destrutivas paixões populares, reclamava a proscrição dos judeus ou o Tribunal-da-Fé. A Inquisição era uma aspiração popular. Solicitando-a, o rei atendia a vontade do povo, obedecendo também aos ditames da sua consciência.

Êle não era um acomodatício e um oportunista. A sua piedade religiosa é fervente e sincera. Rei de uma nação cristã, propagadora da fé nas nações idólatras e bárbaras, quere cristianizar o seu reino. Convicto de que a religião que professa é a única verdadeira, não lhe admite desacatos. Propõe-se a sanear os fócos de corrupção. Aspira a ser o rei de um povo pie-

doso, à sua imagem. Contra os delitos da fé reclama uma justiça armada dos mesmos direitos e atribuïções da justiça secular. Quere uma ordenação inquisitorial semelhante à ordenação manuelina. O exemplo da Espanha actuaria certamente na resolução do rei, também alarmado pela revolução heresiarca da Reforma. Quanto é possível deduzir dos acontecimentos, a Inquisição foi mais uma instituíção política do que religiosa. Quem a introduziu em Portugal não foi o clero, mas o Estado. Roma, onde o fanatismo medieval fôra destronado pelo espírito da Renascença e se nauseava com os excessos alucinatórios da Inquisição espanhola, relutou por muito tempo em consentí-la. No período em que D. João III mais se obstina em obter a sua introdução em Portugal, é um prelado português, o cardial da Cunha, que maiores obstáculos lhe opõe no Vaticano. E todavia, naquela altura, a Inquisição era uma medida *democrática,* no sentido de corresponder às aspirações popu-

lares, e uma providência de ordem, pois que o Santo-Ofício vinha restabelecer, no domínio espiritual, a autoridade do Estado, arrancando às revinditas delirantes da multidão as vítimas que o tribunal inquisitorial avocava à sua jurisdição legalizada.

Áqueles que invocam os verídicos horrores dos autos-de-fé, há a opôr as fogueiras ateadas em 1506 pelo Povo: algoz descaroável que, imprecando e ululando, em sangüinário delírio, acutilou, estrangulou, decapitou e queimou em três dias e duas noites mais de dois mil cristãos-novos inocentes, só suspendendo a chacina quando os bèsteiros do rei o dispersou à espada e a virotões.

DINHEIRO! ¡Dinheiro! Para custear a construção das armadas, para pagar o soldo às tripulações e às guarnições da África e do Oriente, para construír e reforçar fortalezas, para adqüirir armamento, para recompensar os grandes serviços dos vassalos, para cumprir as estipulações dotais dos casamentos, para resgatar as Molucas, para comprar trigo, para defender o Brasil... Desde que sobe os degraus do trono, o rei é afligido por aquele clamor exigente e obsidiante. ¡Dinheiro! ¡Dinheiro! Para que a nação economise as somas fartas do dote quere-se que o rei case com a rainha viúva e se deite no tálamo com a madrasta. Era assim a moral da Renascença, pintada ao

vivo na representação que, em nome dos povos, os magistrados da Câmara dirigem ao soberano, exortando-o ao casamento incestuoso, cujas vantagens económicas e políticas exalçam. Repugnando-lhe os amores, a que o incitava o seu povo, com a mulher a quem tratara por senhora e mãe, encontrando à testa dos que aconselhavam o casamento o próprio duque de Bragança, D. Jaime, o rei, «*que tinha o Reyno todo contra sy neste voto*», protela a resolução, suplica a intervenção divina, intimamente obstinado em engeitar a proposta imoral. ¡Insistentes, os representantes dos ofícios vão impudicamente à presença da rainha viúva pedir-lhe que consinta em passar do leito do pai para o do filho, evitando à Fazenda os desperdícios de outro dote, e ingresse na Espanha, com as suas arras opulentas, a herança da infantasinha D. Maria, em têrmos de a gastar o Imperador «*com os frecheyros de Inglaterra*»...!

O *Venturoso* parecia ter levado para o

sepulcro tôdas as riquezas que, por um fugaz momento, haviam ilusóriamente convertido aos olhos do mundo em Eldorado a pequena e brava nação. Mergulhando as mãos no tesouro manuelino, o joven e inexperiente rei reconhecia com surprêsa que a sua opulência era uma fantasmagoria. Para melhor lho fazer compreender, a fome flagelou o reino naquele primeiro ano do reinado. A esterilidade não fôra menor em Castela. De França não podiam esperar-se socorros por motivo da guerra ao tempo acesa entre Francisco I e Carlos V. Os pobres acudiam da província a Lisboa; muitos ficavam mortos e sem sepultura pelos caminhos. Compungido pelo infortúnio do seu povo, despachou o rei navios à custa da sua fazenda com letras e dinheiro, para trazerem trigo da Flandres e Dantzigue, providência humanitária em que gastou mais de cincoenta mil cruzados de ouro. E para cúmulo de pouca ventura, até a carga da pimenta da Índia, que chegou pela armada

do governador Diogo Lopes de Sequeira, por ter sido carregada verde, ficou por vender nos armazens.

Urgia agora que o rei casasse para assegurar a sucessão da coroa. ¡Dinheiro! ¡Mais dinheiro! pois iam agravar-se as despesas com a sustentação da casa da nova rainha, e Carlos V, cujas finanças eram tão embaraçosas como as suas guerras, só pagaria o dote da irmã em espaçadas prestações. E tornava-se ainda necessário cumprir a vontade paterna de casar Isabel, a filha dilecta e formosíssima, imortalizada pelo pincel do Ticiano. Para acudir às despesas do casamento da irmã com o imperador, o rei teve de pedir às côrtes, reünidas em Tôrres Novas, a ajuda do povo. O dote enorme da infanta, exarado na escritura lavrada por António Carneiro, era de 900.000 dobras de ouro castelhanas, de 365 maravedis por dobra, em que se descontariam as 165.232 que o imperador ainda devia do dote da rainha D. Catarina, e as 51.369—cêrca de 50.000

cruzados de ouro,—que D. Manuel emprestara a Carlos V, no tempo das comunidades de Castela.

Ao tempo da convocação das côrtes de Almeirim, computavam-se as despesas extraordinárias com que a Fazenda real tivera de arcar desde a subida de D. João III ao trono (não incluíndo as grandes tenças concedidas nesse período pela liberalidade régia, os gastos no cumprimento dos testamentos de D. Manuel e da rainha D. Leonor e as legítimas dos infantes, nem as obras dispendiosas dos Jerónimos, de Tomar e da Universidade) em 3.160.000 cruzados, para as quais os povos haviam contribuído com 250.000 cruzados por deliberação das côrtes de Tôrres Novas e de Évora. Acrescentando-lhe os 2.200.000 cruzados tomados a câmbio aos mercadores da Flandres, chega-se à soma, fabulosa para a época, de 5.110.000 cruzados, dos quais, em 1544, o rei devia ainda 1.946.000, de que pagava os juros rapaces de 25 %.

Anos antes, querendo evitar oprimir o povo com novos tributos, o rei vendia a Bastião de Tavares padrões de juro e outros valores de sua fazenda privada pára pagar ao Imperador Carlos V os 350.000 cruzados do pacto das Molucas. Era, sem eufemismo, a bancarrota.

¿Em que babilónicas orgias, em que dissipações estupendas se consumiam os réditos do império ultramarino, as rendas da pimenta, os dízimos do açúcar e das especiarias, o ouro de Sofala? No próprio sustento dêsse império colonial, na construção e aparelhamento das armadas, no soldo dos exércitos e das tripulações, em edificar e concertar fortalezas, se engolfava tudo. Em 1524, com a esquadra em que Vasco da Gama levou para a Índia dois mil e setecentos homens, gastaram-se, a mais do ordinário, 200.000 cruzados. Quatro anos depois, quando se suspeitava da ofensiva dos rumes, a armada de Nuno da Cunha transportou dois mil e oitocentos homens para a conquista de

Diu, elevando-se as despesas extraordinárias com a expedição de guerra a outros tantos centos de milhares de cruzados. Em 1529 foi preciso pagar os 350.000 cruzados de ouro estipulados para o acôrdo das Molucas, preço enorme que viera a custar a recusa pirrónica de D. Manuel em aumentar com cem reais a moradia do exaltado Fernão de Magalhães, sem contar a perda da glória trespassada ao activo da Espanha. Em 1533, o equipamento, soldos e transporte dos oitocentos homens que D. Pedro de Castelo Branco levou à Índia custaram 100.000 cruzados. No ano seguinte, foi o cêrco de Çafim, em cujo socorro e no provimento de Azamor e Cabo de Gué se dispenderam outros 100.000 cruzados. Em 1538, os aprestos de guerra da grande armada do Oriente, conduzida pelo vizo-rei D. Garcia de Noronha, acompanhado de mais de quatro mil homens, ficaram por 300.000 cruzados de ouro. No ano de 42, a situação do erário agravara-se em tais

proporções que se abandonaram as praças de Azamor e Çafim, gastando-se com as armadas, transportes e indemnizações aos moradores e nas obras vultuosas da defesa de Mazagão outros 300.000 cruzados. ¡Estas eram as dissipações fabulosas do austero D. João III! Um apontamento de frei Luís de Sousa, extraído de um códice do Conde de Castanheira, permite--nos avaliar as causas determinantes do volume a que haviam atingido as dívidas da coroa. Em 1534, o rendimento do reino, incluíndo os almoxarifados, ilhas e tratos da Índia e Mina, fôra de 279 contos e meio, somando as despesas 247:350$000 reis. ¡Ficava pois um saldo de pouco mais de trinta e dois contos para fazer face às despesas extraordinárias do mesmo exercício, entre as quais as de Çafim orçavam por 400:000$000 reis, e o pagamento de juros vencidos, que já a êsse tempo eram de 160:000$000 reis anuais!

O estado das finanças públicas no reinado de D. João III opõe argumentos irres-

pondíveis à generalizada crença de que as colónias enriqueceram as metrópoles, a qual só pôde vingar pela ignorância de historiadores pouco versados em assuntos económicos. Na Índia, a coroa portuguesa não fizera própriamente despesas de colonização, mas de navegação e guerra, salvo em Goa, séde do império. Não obstante ficarem assim circunscritas as despesas de ocupação, foram elas um dos factores da derrocada. É certo que muitos particulares, capitães, negociantes e soldados, enriqueceram na Índia, mas o Estado e a nação arruínaram-se. O orçamento da feitoria da Flandres no ano de 1543 revela que se faziam contratos com os mercadores pelos quais estes pagavam adiantados, para acudir aos embaraços do tesouro, os futuros fornecimentos de especiarias que haviam de receber-se da Índia, e tudo se sumia no sorvedouro dos juros. A avaliação, a que procedera o conde de Castanheira, da perda de navios e respectivas cargas até 1551, sem entrarem em linha de conta

as perdas na navegação da Guiné e do Brasil, computam em 3.352.150 cruzados de ouro o desfalque originado na Fazenda real pelos naufrágios. Estas cifras permitem-nos contemplar o reverso económico da epopeia e aferir a coragem e obstinação formidáveis dêsse pequenino Portugal quinhentista.

¿Como se chegara a tal extrêmo? ¿Como pudera acontecer esta rápida falência do negócio fabuloso da Índia? Porque não só a nação, como também os recursos de civilização do tempo não permitiam a exploração eficaz de um comércio marítimo daquela amplitude. A nação vivera da agricultura até os últimos decénios do século xv; achava-se adaptada a um duplo regímen rural e militar. Os fidalgos viviam em grande parte das rendas das suas herdades e comendas: existência rude e sóbria, em castelos e solares onde era escasso o luxo. As navegações vieram desviar a nobreza para diversas e arriscadas emprezas. A fim de converter em fonte

de lucro a grande façanha dos nautas era necessário comércio, e Portugal quási não possuía, fóra da comunidade israelita, aptidões comerciais.

Os judeus aparecem logo nos primeiros passos do vasto tentámen mercantil. Mas não bastavam para sustentá-lo no grau de prosperidade requerido, nem convinha à coroa elevar até à posição de seus sustentáculos os hebreus e os cristãos-novos, já tam malquistados com o povo. D. Manuel concedera então privilégios aos comerciantes e armadores estrangeiros, atraíu-os para Lisboa, utilizou-se dos seus capitais, facultou-lhes o mandarem à Índia navios de sua conta, conquanto os capitães fossem de nomeação régia. Sem dinheiro não se podiam adqüirir as mercadorias; sem organização comercial não era fácil distribuí-las pelos mercados. Foi, pois, necessário internacionalizar o comércio do Oriente, interessar nêle os Marchiones, os Welser, os Függer, que dispunham de aptidões, de experiência e de recursos.

O advento brusco da burguesia, chamada a representar um proeminente papel dentro do Estado, não dera tempo a que ela se preparasse para o desempenhar. No Portugal do fim do século XV a burguesia era um improviso, e não se improvisam capitais e crédito. Foram, portanto, os mercadores e banqueiros estrangeiros que beneficiaram com o comércio da Índia. Lisboa passou a ser apenas um pôrto de escala e de distribuïção. Os negócios faziam-se na casa da Mina e da Índia e na Rua Nova dos Mercadores. O resto do país permanecia estranho àquelas transacções. Depois, com a fundação da feitoria da Flandres, a parte mais considerável dos negócios transferiu-se para o estrangeiro, onde o govêrno, sempre mau negociante, acabou por tudo comprometer.

O novo regímen criado pelo achado da Índia, por isso mesmo que as armadas do tráfico eram do Estado e o rei a sua personificação, fizeram do soberano um comerciante. A princípio tudo caminhou

bem. D. Manuel possuía um acentuado senso utilitário. A cobrança dos quintos e outros tributos, a venda das especiarias acumularam no erário réditos que o rei aplicou às mãos cheias em melhoramentos públicos, em edificações sumptuárias, em dádivas, embaixadas e no fausto da côrte. Mas não demorou que a construção das armadas e a necessidade de manter guarnições militares no Oriente viessem reduzir consideràvelmente os lucros do grande negócio da Índia.

Se actualmente o comércio marítimo voltasse a ficar exposto aos riscos freqüentes da navegação quinhentista, a sua falência inevitável arrastaria a ruína das nações. Os navios saíam uma vez por ano a caminho do Oriente, aproveitando a monção, submetidos ao regímen caprichoso dos ventos. A viagem de Lisboa à Índia regulava por cinco meses. Trinta por cento dos navios perdiam-se no mar, alguns na viagem de regresso com as cargas que transportavam. As tripulações

eram dizimadas pelo escorbuto, a malária e doenças epidémicas desconhecidas. Tornava-se preciso construír cada ano novos navios e tantos mais quanto muitos dêles ficavam na Índia para a polícia dos mares, defesa das feitorias e comunicação dos postos militares. Não tardou que o *deficit* surgisse e se avolumasse. A coroa, vendo-se sem recursos, apelou para o crédito. Os mercadores da Flandres, erigida em entreposto da especiaria, não relutaram em adiantar dinheiro ao rei de Portugal, porque a situação previlegiada de crèdores ia permitir-lhes ditar o preço às mercadorias. Cada ano o rei aumentava as dívidas com novos empréstimos e juros vencidos e capitalizados. Parar eqüivalia a perder a Índia. A pimenta, a noz moscada, o gengíbre, o âmbar, a canela, o açafrão eram vendidos cada ano a preço mais baixo, ao passo que as despesas devoradoras do Oriente se ampliavam com guerras incessantes. Ao mesmo tempo que o negócio da Índia revestia o aspecto

de uma catástrofe, a agricultura, desamparada pela nobreza rural, definhava, a população decrescia, e o rei, vagueando de paço em paço, da Ribeira para os Estáus, de Sintra para Almeirim, de Évora para Enxobregas, figura severa e sombria a mover-se no scenário colorido das tapeçarias de razes, assistia à extinção da sua prole dizimada e à agonia do grande sonho do Oriente, malogrado, não à míngua de heroísmo, mas por carência de organização comercial e porque a classe burguesa não atingira ainda a extensão e o poder reclamados pelas necessidades de um império ultramarino.

Apesar da prata e do ouro trazidos da América pelos espanhóis, Carlos V, como D. João III, lutava com tremendos embaraços financeiros.

Por uma carta do embaixador Lourenço Pires, que fôra enviado a Inglaterra para sugerir à filha de Henrique VIII o casamento com o infante D. Luís, sabe-se que o imperador quisera aquela aliança para

seu filho, de preferência a casá-lo com a infanta D. Maria, como havia concertado (1), «*dando por razão a impossibilidade em que El Rey Dom João estava pera lhe fazer hum dote tão fermozo que pudesse livrar a elle Emperador de suas grandes dividas*» (2).

Outro rei menos compenetrado dos seus deveres e menos obstinado no brio de conservar intacto o património herdado e a dignidade majestática, haveria desamparado o ruïnoso império e regressado à modéstia de um pequeno príncipe, deixando perder à nação a categoria e a influência universal a que ascendera vertiginosamente em pouco mais de meio século. Porém, aquele rei, misantropo e severo, que viu morrer todos os seus filhos, per-

---

(1) O casamento da infanta D. Maria com o príncipe real de Castela, D. Filipe, realizou-se em 1543. A princesa, que levara um dote de 400.000 cruzados de ouro, morreu de parto em 1545 com 17 anos e 9 meses, deixando o príncipe D. Carlos, cujo destino funesto serviu de tema à tragédia de Schiller.

(2) Frei Luís de Sousa, *Annais*, pág. 442.

seguido por uma fatalidade inflexível (1); aquele rei sem marcialidade e sem beleza, soube galvanizar com a majestosa consciência de imperante o reino decadente, fazendo suster a derrocada com o scetro erigido em mão orgulhosa.

A comparticipação de Portugal na conquista de Tunis, empreendida por Carlos V em 1535, pelo modo como o poder militar e naval português se representou, testemunha os objectivos políticos daquele

---

(1) Teve D. João III da rainha D. Catarina nove filhos: o príncipe D. Afonso, nascido em Almeirim a 24 de Fevereiro de 1526, que cedo morreu; a princesa D. Maria, nascida em 15 de Outubro de 1527, casada com o príncipe herdeiro de Castela, D. Filipe, filho de Carlos V, morta de parto em 1545, com dezóito anos incompletos; a infanta D. Isabel, nascida a 28 de Abril de 1529 e falecida pouco depois; a infanta D. Beatriz, nascida a 15 de Fevereiro de 1530, que pouco viveu; o príncipe D. Manuel, nascido em 1 de Novembro de 1531, jurado aos quatro anos herdeiro do trono e falecido logo depois; o infante D. Filipe, nascido a 5 de Maio de 1533 e falecido antes dos 6 anos; o infante D. Dinis, nascido a 26 de Abril de 1535, e que viveu apenas dois anos; o príncipe D. João, herdeiro da coroa, nascido em 3 de Junho de 1537, casado

acto, com que se dissimulavam as aperturas do tesouro e em que se afirmava, no concêrto internacional, o prestígio da nação. A dignidade real não capitulava perante as dificuldades que a oprimiam. A armada portuguesa compunha-se de vinte e três velas, com quinhentas e noventa e oito peças de artilharia de bronze, levando por capitânia o famoso galeão *S. João*, sob o comando do experimentado e valoroso António de Saldanha, e transportava 1.500

---

com a princesa D. Joana, filha de Carlos V e da imperatriz D. Isabel, falecido em 2 de Janeiro de 1554; o infante D. António, nascido em 9 de Março de 1539 e falecido de epilépsia aos onze meses. A sorte fatídica nem sequer poupou ao rei o seu filho bastardo, D. Duarte, que mandara criar no convento da Costa, em Guimarães, e que morreu com 22 anos em 1543, pouco tempo depois de apresentado à côrte. Os irmãos do rei, D. Luís, D. Duarte, D. Fernando e D. Isabel morreram também durante a vida de João III. Por ocasião da sua morte, ocorrida a 11 de Junho de 1557, com a idade de 55 anos e 35 e meio de reinado, o monarca deixava como herdeiro o neto de 3 anos, e, para lhe assistir, a rainha viúva e o único irmão sobrevivente, o cardial D. Henrique.

homens, em gente de guerra, marinheiros e bombardeiros. Entre os capitães ia Pero Lopes de Sousa, um dos novos donatários do Brasil.

D. João III era herói a seu modo: tinha o heroísmo cívico, tanto para presar num rei como o heroísmo militar, que do sangue de Carlos V se precipitou, furioso, no de D. Sebastião, conduzindo-o à hecatombe de Alcácer. Mas a temerosa crise, como uma serpe, ia-o apertando nos seus anéis. A carta do vèdor da Fazenda, conde de Castanheira, extraída dos seus papéis por frei Luís de Sousa (1), patenteia-nos a crise de que resultou o abandono das praças de África. Êste documento, em que o valído fala ao rei com leal e rude franqueza, ilumina até os mais íntimos recessos a situação das finanças do reino por volta de 1539. «*Quando cuydo nas cousas que Vossa Alteza he obrigado a soster* — escreve D. António de Ataíde — *e*

(1) Op. cit., pág. 456.

no modo de que está sua fazenda, representam--se-me tantas desesperações, que muitas vezes me parece que vem mais da minha compreyção melancolica, que d'outra cousa. E já me algumas veses aconteceo pera me tirar desta duvida, buscar alguns homens de muyta idade e experiencia pera saber delles a differença que ha deste tempo ao passado que elles tinhão visto de mais necessidades. Os mais me dizião que nunca tamanhas forão. E alguns hão que ouve já outras tays, e que se remediarão. E estes me parece que cuydavam pouco nellas. Porque de alguns annos a esta parte vão ellas sendo tão differentes das passadas, que põe alguns costumes muy novos a esta terra, com que Vossa Alteza e ella, a meu vêr, não podem: e se se não buscar remedio hão de poder cada vez menos: Huma foy começar-se a tomar dinheyro a cambio. E des que se começou a tomar atégora nunca se outra cousa fez: e quasi se não sustem del as despesas de Vossa Alteza. E porque ainda isto não bastava pera se remediarem, se começarão a vender juros. E posto que crêo que são vendidos quantos se podião

vender, algum serviço cuydo que tenho feito a Vossa Alteza em isso não hir mais avante... e o pior he que já agora não ha quem os compre. Porque se no Reyno ouvera pessoas de muyto dynheiro, ainda se poderão remediar as despesas com vender jurisdições, que agora parece tão abominavel cousa, como parecia venderem-se juros, quando se começarão a vender. E huma cousa e outra o são muyto: porque na verdade se não devião de dar senão por serviços, nem comprar com outra moeda. Assi que a meu ver destas cousas se não podem já valer. E os cambios me parecem tambem que hão de durar pouco: e muito mais pouco, se virem que Vossa Alteza se não põe em ordem. Porque os mercadores não vivem senão de olhar pollo modo da vida das pessoas com que contratão, e que podem fazer meter na cadeia: e até pollos geitos julgão se hão-de fiar dellas: quanto mais de Reys que por derradeyro se lhe não podem pagar, não podem elles mais fazer nisso do que fazem partes que tem dinheyro na casa da India, que desejão bem de arrecadar. E pois o suprimento das despezas assi está, e ellas vão

lavrando mais que erpes, devem d'aver algum modo de se cortarem. Por que hum homem permitte cortarem-lhe hum dedo, por não perder a mão, e a mão por não perder o braço. E neste negocio recêo que por não cortar uma cousa, se perca ella e outra, senão todas totalmente e sem nenhum remedio».

A êste severo exórdio, que vale como advertência e reprimenda, o amigo de mocidade do rei e seu ministro passa a analisar as demasias dos encargos régios. Os da Índia não podiam minguar, antes levavam feição de crescer com a ameaça dos turcos; nas tenças não se deveria bulir, pois que eram *«o mais barato soldo por que se podem achar soldados»;* mas em algumas das praças de Fez, sustentadas mais por capricho e honra que por interêsse do reino, se malbaratavam vidas de vassalos e dinheiro. *«Porque a meu ver entre os sisudos e honrados, e ainda entre a gente commumente se chama vaydade o que se sostem sem fruito nem esperança delle. De se soster Çafim se não seguem fruitos honrados nem proveitosos: e se*

sostem com fazendas d'orfãos e viuvas, a que Vossa Alteza não paga o que deve...»

¡Abandonar Çafim! ¡Abandonar Azamor! Bem se via nas razões utilitárias e prudentes alegadas pelo ministro, não ser já um cavaleiro medieval quem falava ao soberano, mas um fidalgo da Renascença, habituado a lidar com realidades. O rei tem o seu ponto de honra, e o cristão o seu caso de consciência. Parece-lhe desaire largar as praças que herdou, e pecado restituí-las aos infiéis. Na mente atribulada de D. João III trava-se um longo e penoso debate. Hesitante, pede conselho a Cristóvam de Távora se deve despejar Azamor e Çafim, ou qualquer delas, e se de todo ou ficando castelos roqueiros em cada uma. Para justificar a insólita consulta manda-lhe um apontamento do estado em que se encontrava a fazenda real, acrescentando, à guisa de consolação, que pretendia mover guerra ao xerife de Marrocos. O herói, entendendo que o trato de fazer guerra era «*lanço no ar*», comenta

com altiva e enfadada ironia: «*como havia de fazer conquista quem tratava de desfazer logares já conquistados?*» e logo ajunta, com arrebatamento, que arrasasse então as praças sem ficar pedra sôbre pedra.

Era desta vez o cavaleiro medieval que falava uma linguagem idealista e anacrónica.

Estimulado na sua dignidade pela resposta do vassalo, o rei recobra alento e resiste aos conselhos do bom senso. Mas os fados são-lhe adversos. Inopinadamente, chega de África a notícia de que o xerife de Marrocos, Mulei Hamete, se proclamara rei de Fez. Unidos agora os dois reinos da Mauritânia, sôbre as praças africanas pendiam ameaças atemorizadoras, pois que a política de Portugal fôra sempre a de sustentar o rei de Fez contra o xerife, a fim de dividir, cumprindo o preceito clássico, as fôrças do inimigo. Sem demora, D. João III mandou um emissário a Bruxelas, expôr a situação ao imperador, exortando-o a que participasse

com os seus soldados na defesa dos estados cristãos da península. Mas Carlos V, não obstante reconhecer os perigos que corriam as praças africanas, segurança do estreito, invocou os seus embaraços financeiros, que o tolhiam de auxiliar o cunhado.

D. João III não se dá ainda por vencido e prepara-se para a guerra. Manda emissários à Flandres comprar três mil armaduras completas, com seus braçais, coxotes, gorjais e celadas, além de três mil arcabuzes da Boémia; publica uma ordenação em que obriga a todos os fidalgos, cavaleiros e escudeiros, criados seus ou dos infantes, que tivesse cada um seu cavalo e armas, que haviam de ser cossolete preto com gorjal e celada, espada e lança de vinte palmos, determinando mais a ordenação que por cada cem mil reis de renda o fidalgo tivesse um arcabuz aparelhado e um corpo de armas para servir com um homem de pé. Miguel de Arruda, mestre das obras das fortalezas do reino,

é enviado à África para dirigir mais de mil pedreiros, cabouqueiros e carpinteiros nas obras da fortaleza de Alcácer-Seguer, próxima de Tânger. Chegam, entretanto, notícias de Arzila, remetidas pelo conde do Redondo, de como os mouros se preparavam para cercar a praça. As dificuldades multiplicam-se. Reconheciam os peritos que a manutenção de Alcácer-Seguer, onde tanto dinheiro se gastara, representava sacrifício inglório e inútil, convindo mandar derrubar as muralhas, a vila e o forte, entupindo o pôrto e fazendo recolher a guarnição a Tânger. Insistiam os homens prudentes que se fizesse o mesmo em Arzila, Çafim e Azamor, pela dificuldade em serem socorridas por mar, por falta de fundeadouros abrigados. Fatigado, o rei cede, por não querer os remorsos do sacrifício de tantas vidas. Com essa resolução fechava-se o ciclo medieval da cavalaria, que mais tarde D. Sebastião havia de tentar ressuscitar.

Arzila, padrão do heroísmo português,

e as suas duas irmãs foram evacuadas. Derrubaram-se as igrejas, recolheu-se a artilharia, lançou-se fogo às minas dos castelos e dos muros. Vinte e cinco navios foram buscar os soldados e a população. Os cinco mil quintais de pimenta que se venderam nesse ano não chegaram para pagar as despesas da desocupação.

De nada valera o sacrifício daquela dolorosa desistência, que até o fim da vida ficaria desassocegando a consciência do rei, que para ela impetrou o perdão do Papa. No sorvedouro da Índia e dos mares desaparecia tudo. A náu do Estado corria desarvorada na borrasca. ¡Era preciso dinheiro, mais dinheiro! para aguentar o poderio marítimo do reino, para prosseguir na luta com as tempestades e os corsários, para escorar a arquitectura gigantesca e oscilante do império, para conservar de pé a dignidade real. Os mercadores da Flandres continuavam a adiantar dinheiro ao rei a fim de manter-se aquele grandioso sacrifício da nação pigmeia, que o destino

condenara à tarefa gloriosa de abrir as portas da civilização cristã ao orbe incógnito.

O vèdor da Fazenda não cessa de representar ao soberano incorrigível no sentido de que se sustenham as despesas. A voz do siso não se cala. Castanheira queixa-se de que as obras do convento de Tomar hajam sido por demais sumptuosas e custosas; dos gastos da Universidade, «*que tiraram demasiadamente pella fazenda real, e disso avia queixas, por sobejarem estudantes e faltarem soldados*» (1); da liberalidade do rei em mercês de dinheiro, «*o qual Vossa Alteza, com o seu grande animo e real condição, tem em tão pouca conta*»...

Por entre tamanhas atribulações, D. João III obstina-se em representar com majestade o seu papel de soberano, não poupando dádivas munificentes para que o

(1) Para socorrer Azamor, porque já escasseavam os soldados no reino, recorrera-se ao recrutamento de mercenários na Andaluzia.

colégio dos cardeais eleja ao sólio pontifício o cardeal D. Henrique; e é no período mais agudo da sua permanente crise financeira que o rei, sobrepondo-se aos embaraços da sua precária fazenda, manda Tomé de Sousa ao Brasil, investido de poderes de governador, por haver assentado em acudir aos donatários e associar-se a êles no tentámen de fundar outro império no Ocidente. Esta resolução bastaria para aqüilatar o arrojo do seu sistema de govêrno, baseado em pundonorosa concepção dos deveres da majestade. Na terra bárbara, de onde nada se esperava, o seu emissário e delegado ia erguer entre as brenhas a cidade do Salvador. Ali não existia a casa, o templo, a agricultura, a indústria, nem as especiarias e o ouro, nem sequer o animal doméstico. Tudo era preciso transportar: o homem livre e o escravo, o evangelho e o código, o boi e o cavalo, a semente e a charrua, a arma e a enxada. Aquele rei endividado não alimentava esperanças de

lá encontrar com que pagar as suas dívidas aos banqueiros flamengos e italianos. Mas voltava-se solícito para cada necessidade, sem olhar à sua situação angustiosa. ¿Como teria encarado o aflito vèdor da Fazenda naquela nova e dispendiosa emprêsa do rei? ¿O seu tino político haveria descortinado o futuro da colónia? O regímen inicial das capitanías, por isso mesmo que experimentara uma colonização sem demasiados encargos para a coroa, denuncía a sua intervenção prudente. No relatório sumariado por frei Luís de Sousa, que o supõe de 1542, refere-se êle ao Brasil, «*onde tem Vossa Alteza gastado muyto dinheiro, e começou a gastar no anno de 1530. Misterio foi grande* — observa o vèdor, — *fazer-se a primeira despesa a fim de cousa que o não merecia, e seguirem-se della desarreigarem-se daquella terra os franceses, que já nella se começavão a prantar e lançar raizes...*» Êste era, pois, o único benefício que do muito dinheiro gasto adviera. Se outros houvera, não os manteria em silêncio

o relator das finanças. Ao envés de lucros, o Brasil ia começar pesando com grossos encargos no orçamento da coroa, desde que ela assumira o govêrno e protecção das donatárias.

¡Dinheiro! ¡Dinheiro! ¡Em última extremidade, para se desempenhar, o rei deliberara pedir empréstimos a tôdas as pessoas de seus reinos que lhos podiam fazer (1)!

A feitoria da Flandres fôra extinta. O regímen de monopólio tardiamente acabava, mandando o rei, por carta de 29 de Novembro de 1549, abrir praça na Casa da Índia, para as especiarias, a todo o mercador. Três anos depois, de uma carta endereçada ao embaixador Lourenço Pires, se infere que o rei devia mais de três milhões de ouro e que os juros anualmente vencidos passavam de 300:000 cruzados, o que determinara a restrição dos gastos

---

(1) Frei Luís de Sousa, op. cit. pág. 413.

com o casamento da princesa D. Joana, filha de Carlos V, que atravessava então a Espanha com as suas doze damas, a sua escolta militar e récuas de azémolas carregando o enxoval...

ECONÓMICAMENTE vencido, Portugal triunfava nas armas. Os canhões rugiam quási permanentemente nos litorais da Índia. A tragédia militar só consentia as pausas que os preparativos de novas guerras reclamavam. Enquanto o feitor da Flandres negociava com os astutos mercadores, os exércitos do Oriente conquistavam à espada a canela e a pimenta, e traziam amedrontados mouros, guazarates, jáus, abexins e malabares, e assombrados os mamelucos do Egipto, os baxás da Turquia e os janízaros de Constantinopla. Em Malaca, no Malabar, no gôlfo Pérsico ou no estreito de Méca, em Columbo ou Ternate, em Diu ou Cochim,

em Ormuz ou Calecut, as fortalezas e as armadas repeliam as investidas do inimigo, semeavam o pânico nos mares e nas nações do Industão, da Arábia e da Pérsia, desde as cinco Molucas até Aden e Suez.

Da própria disparidade de número entre opressores e oprimidos resultara a precisão de erigir o terror como broquel de defesa, adoptando os processos do sangüinário Oriente. Da fama da invencibilidade portuguesa dependia a conservação do império indiano. As vidas dos heróis eram as páreas com que Portugal pagava à providência a sua soberania no Levante, como aliás também no norte de África. «*Acontecia aos edificadores hirem assentando com huma mão os materiaes, e com a outra esgrimindo a espada ou brandindo a lança*». Foi só quando cançou o braço dos musculosos heróis que se desmantelou a arquitectura temerária gizada pelo génio grandíloquo de Albuquerque, o *terrível*. Ainda, porém, se não enxergavam os in-

dícios do colapso fatal dêsse heroísmo, se bem que a venalidade e a corrupção lavrassem já como epidemias. Em arca aberta o justo peca.

No mesmo dia em que o monarca era jurado em S. Domingos, o capitão de Azamor inaugurava em África os anais militares do reinado, desbaratando com duzentos cavaleiros as harcas comandadas por cinco dos mais valentes alcaides do rei de Fez. O cêrco da fortaleza de Ormuz, que logo começa, precedido da matança nocturna dos portugueses, descuidamente adormecidos nos braços da voluptuosidade, sem suspeita da traição, inicía no Oriente o reinado joanino. Nesta tragédia oriental, representada em uma ilhota do litoral persa, todos os actores parecem calçar o coturno da epopeia, como se de outra raça não nascessem portugueses. É o gigante Tristão Vaz da Veiga precipitando-se em um parau a remos para Ormuz, a socorrer seus irmãos assediados; Rui Boto, feitor de Baharém, preferindo o martírio à

abjuração da sua fé; os capitães Manuel de Sousa e Fernão Vaz Sernache combatendo sob um dilúvio de flechas e vencendo com a ajuda do parau fragílimo de Tristão Vaz a armada dos persas; a guarnição da fortaleza combatendo sem desfalecimento, embora não ignorando que só havia dois dedos de água nas cisternas: belo drama guerreiro, rematado pela altiva e pundonorosa atitude de Luís de Menezes, que recusa ao emissário do rei as dádivas com que o persa astuto tentava suborná-lo e corromper-lhe a severidade, e assim negando razão da profecia «*que os portugueses haviam ganho a India como cavaleiros e a perderiam como mercadores.*»

Já em remotos palcos se representavam outras tragédias, como a de Martim Afonso de Melo Coutinho no pôrto chinês de Tamou, aonde o acompanharam com vários capitães dois dos futuros donatários do Brasil, seu irmão Vasco Fernandes Coutinho, e Duarte Coelho, que se lhe reünira em Malaca.

Em Setembro de 1524, comparece de novo no Oriente, com o título de vice-rei, acompanhado de seus filhos, o conde-almirante D. Vasco da Gama. «*Parece que resuscita a India e o credito primeyro dos portugueses deste anno em diante* — escrevia frei Luís de Sousa, — *e começão os mouros a sentir que tem na India o seu açoute antigo*». Tamanho era o prestígio da sua severidade entre os povos orientais, que êle desceu do navio em Calecut só para ser visto, pois «*affirmavão que era fama falsa e lançada pollos nossos delle estar na India para terror da gente ignorante*»! Depressa se apercebeu Vasco da Gama «*pelo desaforo e soberba que via nos mouros*» que a Índia mudara, e logo se dispôs a reduzí-la à humildade anterior. A sua veemência enérgica reacende a actividade dos capitães, renova a caça pertinaz à concorrência mussulmana — pois que o monopólio do comércio resultara como necessidade inelutável do empreendimento audacioso e cumpria impedir por todos os modos que

aos mercadores da Europa chegassem as especiarias pela via terrestre do istmo de Suez.

O colérico e autoritário almirante exauria-se no esfôrço de manter na velhice as inquebrantáveis energias da idade madura. No dia do nascimento de Jesus morria o gigante que dera nascimento ao império português do Oriente. Porém, parecia saír do túmulo, a horas mortas, o seu terrificante espectro para governar a Índia e incitar a honra portuguesa. O sucessor, D. Henrique de Menezes, continua-lhe a obra começada. Os canhões troam em Baticalá, Tramapatão, Dabul, Panane, Coulete, Aden, Mangalor, preparando o lance épico da defesa da praça de Calecut, cercada pelo Samorim, que se vangloriava de serem tantos os seus soldados que bastavam para a cobrir e alagar só com punhados de terra. Era tamanho o arruído da artilharia lançando pelouros dos baluartes e palanques sôbre o forte, que não se ouviam os homens uns aos outros com

os roncos dos camêlos, colibrinas e bombardas, e tam grossos e escuros os rolos do fumo que encobriam a vista de cercadores e cercados. Combate era aquele em que estavam de olhos postos todos os potentados da Índia *«para julgarem do successo e estimação que deviam fazer das armas portuguesas»*. Emquanto o governador não acudia à praça sitiada, o Samorim, fiado na vitória, tudo fizera para apressá-la, mandando cavar largos fossos em redor da fortaleza, erigir plataformas alterosas para a artilharia e os trabucos, reünindo mais de cincoenta mil homens de guerra a fim de dominar trezentos portugueses reduzidos a poupar o alimento e a pólvora. Mas, uma manhã, surge perante a indomável fortaleza e o acampamento aterrador do jactancioso Samorim a esquadra do intrépido combatente de Arzila, conduzindo mil e quinhentos homens de peleja. Reünido o conselho na capitania, querem os mais prudentes que se não dê batalha, pelo perigo de acometer tamanha multi-

dão de inimigos entrincheirados e defendidos por copiosa artilharia. Propõe o governador, ansioso por combater, que se ouça o voto do capitão da fortaleza, D. João de Lima. Contam-nos os cronistas da epopeia a scena romana: a chegada do emissário rôto e ferido, que vém votar pela batalha campal. Trava-se esta com furioso ímpeto, sob o comando pessoal do governador da Índia, postado em uma eminência com a sua bandeira. Não se tinha visto até então no Oriente, desde as campanhas de Alexandre, «*feito mais bem ordenado, nem melhor obedecido e executado*».

Mas já não há vitórias, por mais triunfantes, que imponham a paz. Os vencedores estão condenados a bater-se incessantemente. A guerra ateada lavra por tôda a parte: em Malaca, onde é assaltada a cidade de Bintão; nas Molucas, onde é acometida a de Tidore; nos litorais de Cambaia e do Malabar, onde ribomba a artilharia.

Em 1529 manda D. João III à «guerra da Índia» Nuno da Cunha, filho de Tristão da Cunha, o famoso capitão e embaixador de D. Manuel ao papa Leão X, com dois mil e quinhentos homens de armas destinados à tomada de Diu: obra prima de estratégia política, que redundou em um desastre militar. A armada que Nuno da Cunha reünira para a grande emprêsa da nova Troia do Oriente mostra-nos o poder naval que a pequena nação conseguira criar no seu remoto império. Nunca nos mares da Índia se havia ajuntado frota que se lhe pudesse eqüipaparar em arqueação e fôrça destrutiva. ¡Afóra os navios que muitos particulares fizeram à sua custa, havia nela oito grandes náus do reino, catorze galeões, duas galeaças, doze galés reais, dezasseis galeotas e duzentas e vinte oito velas miúdas de remos, entre bergantins, fustas, paraus, zambucos, cotias e catures, àlém de vinte e cinco juncos grandes de Malaca carregados de mantimentos, que levavam já os

futuros moradores da Diu portuguesa! Ao todo, passavam de quatrocentas as velas da esquadra, copiosamente provida de artilharia, alguma recolhida das fortalezas, e de máquinas de guerra para os assédios. Ia na armada Gaspar Correia, que mais tarde escreveria nas *Lendas* a descrição palpitante da grande e não lendária expedição. ¡Os róis dos capitães assinalavam três mil quinhentos e setenta homens de peleja, incluíndo os fidalgos, mil e quatrocentos e cincoenta e tantos mareantes, com pilotos e mestres, mais de dois mil malabares e canarins de Gôa, oito mil escravos, quatro mil remadores: ao todo trinta mil pessoas! No galeão S. Mateus, «*o milhor que então auia na India e tiraua vinte e duas peças grossas*», ataviado de auriflamas, o governador passou revista à esquadra imponentíssima, ornada de paveses, surta na ilha de Bombaim.

Era assim que o «*o rei das drogas*», como Francisco I chamava a D. João III, impunha o seu poder e a sua glória no Oriente.

Veleja finalmente a formidável expedição de guerra para Diu, detida por alguns dias no caminho para o cruento ataque da ilha de Bete, que em memória da carnificina foi crismada em ilha dos Mortos. A vitória não coroou desta vez a coragem do cometimento. Só anos depois, por concessão do volúvel rei de Cambaia, os portugueses puseram pé em Diu e Martim Afonso de Sousa, capitão-mór do mar e donatário de S. Vicente, deu princípio à construção da fortaleza, que ia ser o pedestal glorioso de António da Silveira, D. João de Mascarenhas e D. João de Castro.

O poderio português ascendera ao zenite. Nas Molucas, António Galvão declarava a guerra aos cinco reis de Tidore, Bachão, Geilolo, Ternate e Tapuás. Já de Suez partira a armada dos turcos, mandada tardiamente a socorrer o sultão Baçur, morto pelos insofridos capitães de Nuno da Cunha depois da recepção solene que se lhe fizera na esquadra.

As galés bastardas e subtis, as fustas,

os galeões e as náus de alto bordo do crudelíssimo eunuco Solimão avançavam com escalas em Azebibe e Aden, assinaladas pelas execuções e latrocínios do tétrico governador do Cairo. ¡Tremesse Diu! Contra as suas muralhas iam assentar-se as mais potentes máquinas de guerra e os janízaros iam medir a sua fúria irresistível com a intrepidez portuguesa. Já não são agora os indianos nus, armados de flechas e zargunchos de arremêsso, que vão defrontar-se com os soldados de Portugal, mas as tropas aguerridas do grão--turco de Constantinopla, que levam para Diu a táctica experimentada de mil combates e os mais mortíferos engenhos de guerra: basiliscos de descomunal grandeza, que vomitam projéctis de ferro de cem arráteis, espalhafates que lançam pelouros de pedra «de cinco e sete palmos em roda», leões e águias de bronze, esperas, camêlos, faluagens, falcões e o mais eficaz e destruïdor material de assédio. Durante dois meses a artilharia dos rumes jorra

catadupas de ferro e pedra contra os bastiões e baluartes; os turcos de Solimão e os frecheiros de Cogeçofar acometem as muralhas em sucessivas escaladas. Já a fortaleza é mais cemitério de mortos e hospital de moribundos que praça de guerra. As mulheres sobem aos parapeitos para ajudar e alentar os combatentes. Os feridos fogem do leito para virem morrer com a espada em punho sôbre as muralhas semi-derruídas.

Tôda a corrupção, todos os vícios, tôdas as venalidades e concussões da Índia ali se resgatam, eclipsadas por aquela alucinação heróica. A igreja, a casa do governador, o paiol da pólvora, as estâncias dos soldados, os armazens e arsenais, tudo está convertido em mísero entulho, tudo aluiu debaixo do canhoneio. Esquálidos, desgrenhados, febris, famintos, negros de pólvora, escalavrados de ferimentos, com os braços e as cabeças atadas de ligaduras, os capacetes amolgados, os peitorais partidos,—os sobreviventes heróis, ruínas

humanas que combatem sôbre as ruínas de uma praça forte, resistem sustentados pela fôrça vitalizante do desespêro, repelem os ataques, brandem as espadas, disparam os arcabuzes, agitam as lanças entre os dentes cariados dos muros, enquanto o nobilíssimo vice-rei D. Garcia de Noronha prepara com a lentidão da velhice a esquadra destinada a socorrer os heróis, e que só chega a Diu a tempo de felicitar os vencedores, perante os quais se retiraram os turcos de Solimão, desbaratados, e cuja fama não tardará a circular na Europa, onde Francisco I, atónito, quere conhecer pelo retrato o invencível António da Silveira.

Já no ciclorama heróico surgem Estevam da Gama e os seus companheiros, entre os quais o sábio D. João de Castro, autor do roteiro do Mar Roxo, que vão de Gôa a Suez dar combate às galés dos rumes, limpar o estreito da miuçalha maometana. Os novos cruzados dos mares chegam à vista do monte Sinai, onde Moi-

sés recebeu numa noite de tempestade as tábuas dos Mandamentos, e onde o filho de Vasco da Gama arma cavaleiro a D. Luís de Ataíde, futuro triunfador dos potentados do Oriente...

Agora é o próprio D. João de Castro que entra em Gôa, como governador, na náu *S. Tomé,* a 1 de Setembro de 1545. Diu ia ser de novo cercada. Desta vez não governa a Índia um tardo sexagenário, mas um herói da grande estirpe honrada dos cavaleiros, que logo manda os dois filhos Fernando e Álvaro em socorro dos sitiados com a promessa solene de lá ser com êles em breve: promessa de governador que não volta atrás.

Do alto dos bastiões, os que restavam das mortandades do cêrco aspérrimo avistam finalmente, por uma manhã de Novembro, as primeiras velas alviçareiras de socorro. É D. João de Castro que chega, já de luto pelo filho, a ferir a batalha implacável em que desbaratou o inimigo, lhe trucidou e cativou os chefes, os expeliu

da cidade e da ilha, que ficaram tapetadas de cadáveres: a mais rica alcatifa do Oriente sôbre que jámais pisaram pés cristãos.

Gôa rejubila com a vitória estrondosa e prepara-se para receber o herói. Quando, a 19 de Abril de 1547, depois de ter reedificado a fortaleza gloriosa, o governador desembarca na capital do império, dir-se-ia um general romano entrando na cidade dos Césares. O cais fôra paramentado com tapetes da Pérsia. As charamelas, trombetas e atabales atroam festivamente os ares luminosos do trópcio. Aguardam os capitães com seus trajos de gala, e cada um com a sua gente de guiões levantados. São tudo sêdas, veludos, brocados e pedrarias. Adiantam-se os vereadores de Gôa, que sustentam as varas do pálio de tela de ouro, e o capitão da cidade para a entrega ritualista das chaves. As trombetas clangoram. Tristão de Paiva, escolhido para a circunstância entre os mais honrados moradores, avança, com a sua opa de damas-

co, ao encontro do vencedor, apresenta-lhe numa salva de prata dourada a palma e a capela dos heróis, põe-lhe a palma na mão e a coroa na cabeça sôbre a gorra de veludo preto que levava. Ribomba a artilharia. Trovejam as aclamações. Entre o povo, os hindus e os mouros, de turbantes e gilabas brancas, olham com pasmo o destruïdor de Cambaia, o vencedor dos capitães turcos. Põe-se a caminho o cortejo, não sem que D. João de Castro chame para a sua beira o padre comissário de S. Francisco com a cruz levantada como fôra na batalha. Vai adiante o alferes Duarte Barbudo com o estandarte real desfraldado: o mesmo que levara no combate, entre a bandeira de Gôa e o guião do governador, de damasco branco com a cruz de Cristo. Figuram no cortejo os cativos, precedidos pelas bandeiras de sêda do rei de Cambaia e dos seus capitães, tomadas na batalha, e que vão humilhadas, arrastadas pelo chão. Seguem os carros transportando trofeus bélicos, basiliscos e

colibrinas, carretas com pelouros de ferro e pedra, montes de flechas, de lanças e arcabuzes. Á volta dos despojos, a gente da armada alegremente toca pífanos e tambores. Grave e triste, por entre as aclamações, sob o pálio de tela de ouro, ao lado do frade de S. Francisco, o herói, vestindo o rigoroso luto pelo filho, vai rezando a caminho da igreja. . . .

Era justo que as acções romanas que na Índia obravam os antigos colonos de Augusto tivessem aquele apoteótico remate, e que D. João de Castro, varão póstumo da galeria de Plutarco, fôsse conduzido ao capitólio cristão, coroado de louros, precedido pelos trofeus da batalha estupenda.

s acontecimentos de que foi teatro a Europa durante o longo reinado de D. João III influíram poderosamente na política do rei, cujos esforços tenderam a conservar a posição neutral de Portugal perante as encarniçadas guerras em que se envolveram a Alemanha, a França, a Espanha, a Itália e a Inglaterra; a preservar o seu reino da anarquia com que a Reforma e as conseqüentes lutas religiosas dilaceraram a França e a Europa central; e a acautelar os domínios herdados, esforçando-se por fazer aceitar o princípio do monopólio da navegação e do comércio nas colónias ultramarinas. Essa tríplice política, norteada pelo anelo da paz e da

ordem, servida por ministros peritos, foi em grande parte coroada de êxito. O mais caluniado e incompreendido dos reis tem no seu activo a perseverança de uma sábia conduta internacional, em que a sua prudência foi sempre amparada por irrepreensível dignidade.

Obstinadamente se recusou D. João III a tomar o partido de qualquer dos contendores, embora Carlos V fôsse o seu mais próximo parente reinante, duas vezes seu cunhado, mais tarde sogro de sua filha D. Maria e do príncipe real D. João, e, em Espanha, vizinho de ao pé da porta.

Quando D. João III subiu ao trono, em 1521, havia seis anos já que Francisco I sucedera a Luís XII, cognominado pelos Estados Gerais de 1506 o «pai do povo», e de quem herdara a complicada herança de uma belicosa política externa, que ia lançá-lo nas guerras infindáveis contra Carlos V. A França não se resignara à perda das suas conquistas italianas, iniciadas pelas campanhas de Carlos VIII e en-

cerradas pela infeliz batalha de Novara (1513), e que tôdas elas haviam sido já instigadas pela intenção de reduzir o poder crescente de Maximiliano, imperador da Alemanha, e deter a infiltração espanhola na Itália. O destino, porém, não favoreceu os desígnios políticos de Carlos VIII e Luís XII. Pelo casamento do filho de Maximiliano com Joana a Louca, o futuro imperador germânico ia reunir à sua coroa a Espanha com todos os seus domínios continentais e ultramarinos e organizar a mais perigosa potência que a França encontraria no caminho, depois que se libertara da opressão da Inglaterra.

Na flor da idade, ansioso de glória, Francisco I, mal sobe ao trono, investe contra a Itália, vence os suissos em Marignan, reconquista a Lombardia. Era uma estreia auspiciosa; mas já no horizonte fulgurava a estrêla nascente de Carlos V. O neto de Maria de Borgonha e de Maximiliano—que morrera em 1519—reinava sôbre os Países Baixos, o arquiducado da

Áustria, Nápoles, Castela e o Aragão. Só lhe faltava ser imperador da Alemanha. Francisco I avaliou a gravidade do perigo e resolveu candidatar-se ao império. A luta eleitoral entre os dois reis foi acérrima. Os Függer, grandes banqueiros de Augsburgo, tam ligados à história financeira do reinado de D. Manuel, e de cujos arquivos saíu o título da prioridade portuguesa no descobrimento do Rio da Prata, financiaram a eleição de Carlos V. A grande potência hispano-germânica estava fundada, e os destinos da Europa ter-se-iam alterado sob a sua hegemonia se a rebelião de Lutero não houvera lançado no seio do império a semente perniciosa da desunião e das guerras intestinas.

Os dois campeões tinham lançado as luvas, e a Europa era a sua arena. Cada um por seu lado, antes de desembainhar a espada, procurava fortalecer-se. D. Manuel, convidado por Carlos V para entrar na coligação, recusou-se, pretextando as boas relações com a França e a conve-

niência de manter neutral uma nação capaz de intervir como medianeira no momento favorável. Bastavam a Portugal as guerras da Índia. ¿Para que arrematar guerras de estranhos? Henrique VIII de Inglaterra, por algum tempo indeciso, acabou por optar pelo mais forte. No mesmo ano de 1521 em que D. João sobe ao trono, a formidável guerra deflagra-se. Pela terceira vez, a França era obrigada a evacuar a Lombardia. Carlos V ameaçava Paris, depois Marselha. Em 1525, Francisco I era derrotado e feito prisioneiro em Pavia, e a mãe do rei, Luísa de Sabóia, assumia a regência da França.

A guerra dilatara-se aos mares, dando ao côrso um incremento ameaçador. Com o título de defensores da pátria, os corsários e piratas franceses elevaram-se à categoria de heróis. Esta era a primeira conseqüência grave para Portugal da conflagração europeia. País marítimo por excelência, foi a vítima principal do banditismo dos corsários.

Sangrada pela guerra, arruïnada pelas despesas das campanhas esgotadoras, a Europa começava também a ser corroída nas suas entranhas pelos venenos da Reforma, pelos antagonismos religiosos de católicos, luteranos e calvinistas. A França fôra invadida pelo vírus heresiarca. O parlamento, interpretando o sentimento popular, queixava-se de que o govêrno não perseguia os heréticos. Mas o rei estava prisioneiro, e enquanto durasse o sêu cativeiro tôdas as restantes questões do estado pareciam secundárias perante a manutenção da unidade e da ordem. Carlos V exigia condições inaceitáves para devolver o inimigo à liberdade, esperando que a anarquia lhe entregasse a França sem rei nem roque. Mas a França não só resistia unida, em espectativa, como obtinha por dois milhões de escudos que o monarca de Inglaterra abandonasse o antigo aliado. Carlos V reduziu então as exigências exorbitantes e Francisco I aceitou o tratado de Madrid, pelo

qual cedia a Bretanha ao rival, entregando em refens os dois filhos ao inimigo inexorável.

Foi nesta altura que D. João III, desalentado de obter o respeito dos franceses para com os seus navios e as suas colónias, mandou Cristóvam Jacques ao Brasil, substituíndo à voz dilatória dos embaixadores a voz peremptória dos canhões.

Outra vez no trono, Francisco I tenta criar uma política de eqüilíbrio de fôrças. As dissenções religiosas da Alemanha e as ameaças dos turcos servem-lhe à maravilha. Destituído de escrúpulos, o rei cristianíssimo dá a mão aos príncipes luteranos alemães e incita os empreendimentos militares da Turquia. Aliás, êsse entendimento clandestino datava do dia aziago da batalha de Pavia. Derrotado, procurando em vão um apoio, Francisco I mandara o seu anel a Solimão, em sinal de aliança secreta. ¡Aliança perigosa, de que não poderia servir-se abertamente sem correr o risco de se incompatibilizar com

o seu próprio povo e tôda a Europa cristã! Mas aliança hábil, pois, enquanto Carlos V guerreava com os turcos, deixava em paz os príncipes cristãos.

O repúdio do tratado de Madrid reabriu as hostilidades. Já crepitava de novo a arcabuzaria e ribombava a artilharia ao tempo em que Francisco I mandou a Lisboa o rei de armas de Angoulème reclamar contra as violências e atrocidades praticadas por Cristóvam Jacques no Brasil. Para re-haver os filhos, o rei de França, logo a seguir, enviava Pierre de Lagarde a Portugal pedir 400.000 cruzados emprestados a D. João III. Finalmente, pelo tratado de Cambrai, Carlos V restitui os filhos a Francisco I, que casou com a irmã do seu inimigo, a rainha D. Leonor, viúva de D. Manuel, mãe da infanta D. Maria e madrasta de D. João III.

Estes acontecimentos imprevistos haviam sido possíveis pelo estado convulsivo em que se encontrava a Europa. De uma parte, os turcos ameaçavam Viena.

Carlos V precisava de estar desembaraçado para os defrontar. De outra parte, os príncipes protestantes da Alemanha começavam a ser aliados compremetedores para o rei de França desde que o seu reino fôra invadido pela doutrina herética. Os huguenotos, confiados demasiado na tolerância do rei, cometiam imprudências, e a França católica exigia a repressão dos luteranos como o Portugal católico reclamava a repressão dos judeus. A contar de 1538, a política externa de Francisco I tem de subordinar-se às conveniências da política interna. Outra vez se reacendera a guerra com Carlos V, encerrada pela paz precária de Crépy (1544). Três anos depois, falecido Francisco I, Henrique II sucedia-lhe no trono de França. A êsse tempo, Carlos V empenhara-se no maior empreendimento político de quantos o seu génio planeara: unificar a Alemanha, transformando em monarquia hereditária o império electivo. A diplomacia francesa, aproveitando a situação da Alemanha e

da Inglaterra, convulsionadas pelo conflito das religiões, iniciou contra o tentámen do imperador uma campanha implacável. Ao passo que, dissimuladamente, sustentava contra Carlos V os luteranos alemães, a França apoiava os católicos da Inglaterra. A joven princesa Maria Stuart, filha do rei da Escócia, era trazida para França por Nicolau de Villegaignon — o futuro conquistador do Rio de Janeiro, — e casava com o delfim, como o príncipe herdeiro de Castela, viúvo da princesa D. Maria de Portugal, casaria com a rainha de Inglaterra, Maria Tudor, depois de malograda a tentativa de D. João III de lhe dar por esposo o letrado infante D. Luís, seu irmão.

Em 1552, a guerra parecia novamente inevitável. Tamanhas intrigas haviam criado uma situação que só poderia resolver-se pela intervenção das armas. O protestantismo alemão, animado por Henrique II, inutilizara a concepção grandiosa do imperador, derrotado pelo eleitor de

Saxe, e que se viu constrangido a assinar o pacto de Passau em que reconheceu as liberdades germânicas. Havia trinta anos que Carlos V batalhava quási sem tréguas. Das nações da Europa só Portugal fôra preservado das ruínas da guerra pela política prudente de D. João III. Ainda se não tinham dissipado os fumos das últimas batalhas, quando o imperador, em 1553, supondo a Alemanha pacificada, intentou retomar Metz aos franceses. Mas o duque de Guise apareceu-lhe pela frente, quando já a sua estrêla descia res-vés do horizonte. Então, desanimado, doente, renunciando ao projecto de transmitir ao filho a coroa imperial, abdicou em 1556, um ano antes da morte de D. João III, recolhendo-se ao mosteiro de S. Justo, em cuja clausura acariciou o sonho compensador, que o destino converteria em realidade, da confederação dos reinos da península com os seus imensos impérios ultramarinos, sob o sceptro daquele filho a quem não pudera legar a coroa fechada

do império da Alemanha, e que herdaria de seu neto, D. Sebastião, o trono de Portugal...

Analisado em relação com a sua época, o reinado de D. João III não nos parece com o aspecto calamitoso com que o viram tantos historiadores. O piedoso soberano teve o raro talento de conservar a neutralidade de Portugal no meio de incessantes e formidáveis conflitos, colocando acima dos interêsses de família os do seu povo. Sob o aspecto económico e financeiro, os restantes países da Europa sofreram as mesmas vicissitudes de Portugal, que exgotou nas guerras da Índia as suas fôrças e os elementos vitais da sua prosperidade. Quanto à ordem interna, nenhuma nação a gosou mais completa, e se a Inqüisição manchou de fumo e sangue o reinado joanino, as suas victimas foram incomparávelmente em menor número que as imoladas pelas lutas religiosas que convulsionaram a Europa. Em confronto com as carnificinas dos hugue-

notos franceses, levados à fogueira e ao cadafalso pela plebe ávida de vingança, que se substituia aos carrascos para fazer justiça pelas próprias mãos (1), o tribunal do Santo-Ofício foi em Portugal uma instituição ao serviço da ordem e que, embora por processos crueis, que eram os do tempo, concorreu para consolidar a unidade nacional.

Mas sobretudo o que engrandece o reinado de D. João III, desde a cultura que insuflou e desenvolveu, desde a paz que manteve, desde o prestígio da nação que conservou, é o sentido universalista da sua política, corolário das grandes acções

---

(1) «On s'étouffait aux potences, aux bûchers. L'assistance dirigeait elle-même et réglait les exécutions.» Michelet, *Histoire de France*. «Contre les héretiques, la foule exigeait des supplices, ne les trouvait jamais assez durs.» Bainville, *Histoire de France*.

Durante dois séculos, a Inqüisição aplicou cêrca de mil e quinhentas sentenças de morte. Só em dois dias a plebe de Lisboa, a quando da grande matança dos judeus, trucidou mais de dois mil cristãos-novos, entre homens, mulheres e crianças.

obradas pelos povos hispânicos em benefício da civilização. Portugal foi, com a Espanha, no século XVI, o sustentáculo do catolicismo unitário. Chamando a D. João III «o filho dilecto da Egreja», o génio de Santo Inácio avaliava a grandeza da sua obra, o *sentido* da sua alta política, que tendia a manter a unidade da Europa ameaçada pela Reforma.

Um ano antes da ascenção de D. João III ao trono, a 10 de Dezembro de 1520, Lutero queimara a bula do papa na porta Elster, de Witembergia. No mesmo ano em que o filho de D. Manuel empunha o scetro, é convocada dieta de Worms. O pensamento da dissolução que animava a Reforma encontrou em D. João III um dos mais acérrimos adversários, e é possivelmente à política de fidelidade observada pelos dois povos peninsulares que a igreja católica deve o ter conservado e legado ao século XVII, atravez de tamanhas adversidades, o seu poderio benéfico.

AS casas de Fernão Álvares de Andrade, donatário do Brasil, pegadas com o paço da Ribeira, e onde pousava o príncipe real D. João — havia um ano casado com sua prima-irmã a princesa D. Joana, filha de Carlos V e da imperatriz Isabel, — morria aos 2 de Janeiro de 1554 o herdeiro da coroa com dezassete anos incompletos.

As derradeiras esperanças do reino estão agora postas na viúva parturiente, que na câmara do paço da Ribeira aguarda a sua hora, ignorando que lhe é morto o idolatrado consorte, que os seus doces beijos mataram de amor. Em tôdas as igrejas se erguem preces pela vida que

vai soltar-se-lhe das entranhas, até que, no dia do glorioso mártir S. Sebastião, «ao tempo em que o seu braço vinha pela cidade em huma solene procissão», a princesa deu à luz o *Desejado*, que seria homem de guerra como o seu patrono celestial. Fôra sua mãe gerada naquele alcáçar policrómico de Sevilha, semi-castelo e semi-harém, de paredes e tetos estucados e pintados pelos artistas de Granada, resplandecentes como tapeçarias orientais, e onde o belicoso Carlos V gosara as premícias da formosura loura de D. Isabel. O pai transmitira-lhe o ímpeto amoroso da mocidade, que se espiritualizaria nas suas veias em quinta-essência de misticismo heróico. Tudo fôra preparado para o seu destino no céu e na terra, no consciente e no subconsciente, na natureza e no sobrenatural.

Em 1555 morre o infante D. Luís, único cavaleiro sobrevivente da prole de D. Manuel, e que tanto ansiara por ir em defesa de Arzila e à conquista de Diu. Restava

apenas, junto do berço da criança recém-nascida, vermelho espectro, sustentáculo débil da dinastia exausta, o casto cardeal--infante. Súbito, aos 11 do mês de Junho de 1557, com cincoenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de reinado, falece o rei, deixando indicada para tutora do neto e regente do reino a rainha viúva D. Catarina, a mãe infeliz que vira cair todos os filhos do coração ao sepulcro.

O tesouro ficara empenhado em grandes dívidas. A Índia continuava a devorar vidas e cabedais. Lá, como no reino, não havia dinheiro. Já anos antes, D. João de Castro se encontrara sem recursos para pagar o soldo aos homens de guerra que deviam embarcar na armada para a conquista de Aden e se recusavam a partir nus e famintos. A população minguava. A penúria geral recrudescia. Só os novos ricos do Oriente, que haviam amealhado pardaus e xerafins, e a burguezia cosmopolita da rua dos Mercadores estadeavam a sua importância soberba e o seu luxo

insolente. Através dos trinta e cinco anos do reinado de D. João III progressivamente se haviam agravado as causas orgánicas da decadência que minava o país. As raíses da nacionalidade não encontravam já o húmus nutritivo. Nas feitorias da Flandres, da Alemanha e nos bancos de Itália «a quebra da palavra real e uma dívida enorme, não saldada, testemunhavam os erros e as ilusões dos monopólios». À lavoura faltavam os braços, aos ofícios os mestres, às indústrias o incentivo e os capitais. As reclamações dos povos nas côrtes eram entrecortadas de lamentos. O mercantilismo encarecera a vida. Pedia-se que o trigo, o centeio e as mais subsistências entrassem livres de direitos; que fôssem anuladas as escrituras de venda feitas sob a coacção da miséria; que se fixasse nas vilas e cidades o salário dos artífices; que se suspendesse o imposto das sisas. Proïbira-se a exportação das lãs, do linho e da estôpa, da cera e dos couros. Legislara-se insistentemente

contra o luxo. Mas o mal entranhara-se e não cedia a expedientes.

Não obstante a anemia que a dessorava, a nação continuava a aguentar, arquejante, o pêso do império, que se ampliara com a criação do novo estado do Brasil. Os ministros experientes sustentavam a política expansionista da dinastia. Ainda na tomada de Damão, o vice-rei D. Constantino de Bragança reünira uma armada de cem velas em que levou mais de três mil soldados portugueses de desembarque, àlém de tropas canarins e malabares. Tentara-se na África a conquista das minas de Monomotapa, de onde se dizia que a rainha de Sabá carregara de ouro os camelos da caravana com que fôra bater às portas do harém do rei sábio e poeta da Judeia. Mas a expedição voltara destroçada e sem o apetecido ouro. ¡Riquezas da Índia, riquezas da África, riquezas do Brasil — três miragens! Mísera Atlante, a nação sucumbia ao pêso da sua glória consumidora.

Na Espanha, Filipe II começava a olhar com esperançada cobiça o reino em que governava sua tia. No convento, Carlos V enviava à irmã S. Francisco de Borja, o antigo duque de Gândia, que vinha como peregrino, arrimado a um bordão, entregar a D. Catarina as mensagens secretas do Imperador. A morte até ali trabalhara diligentemente por Castela... ¿Vingaria a criança real, único rebento que subsistia da descendência numerosa do rei defunto?

Entretanto, D. Sebastião cresce, exaltado e rebelde, sob a vigilância do velho aio, na côrte devota da rainha espanhola. ¡Nunca um rei, tanto como aquele orfão, consubstanciara a existência de uma nação! Portugal parece aguardar em modôrra fatalista o seu destino incerto, quando o cêrco de Mazagão veio acordâ-lo dêsse sonambulismo. Às propostas dos mouros para que a praça capitule, o governador responde que preparem as gargantas para o cutelo. Uma rajada heróica sacode o torpor nacional. De todos os portos saem na-

vios velozes em socorro da praça africana. Os oficiais mecânicos enviam à sua custa mil homens. É preciso ordenar que sem licença da rainha ninguém embarque para Mazagão. Andam de bôca em bôca os nomes de Pedro de Góis, de António Moniz Barreto, do velho Vasco da Cunha, de Gomes Freire de Andrade, de D. Pedro de Menezes, de D. João de Almeida. E é tam espantosa a vitória das armas portuguesas, que um mouro vem a Portugal, publicando que queria ver a mulher sábia e intrépida que conseguira reduzir a pó a potência da mauritânia e desmentira o adágio de que «*mal vai à casa onde a roca manda à espada*».

EM 1568, com catorze anos, o rei assume o govêrno da nação. Tem a cândida fé que lhe inocularam. Neto de um monarca puritano, criado na infância pela avó piedosa, educado por um velho guerreiro seu aio, espelho da antiga cavalaria (1), instruído por um jesuíta austero, cuja morte havia de chorar com transportes de dor como se fôra a de pai extremoso, não faltaram ao rei os conselhos e admoestações da prudência. Na sua alma

---

(1) Consultando D. João III a Carlos V sôbre a escolha de D. Aleixo de Menezes para aio de D. Sebastião, o imperador lhe respondeu que se pudera elegê-lo para servir o neto e herdeiro que Deus lhe dera, «não pusera esta eleição em Conselho, nem em Espanha lhe daria competidor ao ofício».

arrebatada se inspiraram as suas acções, servas obedientes das suas inclinações imperiosas. Não foi o confessor que o armou de intemerata coragem, lhe temperou de audácia impulsiva o génio belicoso, o exercitou na montaria destemida das féras, no jogo das armas, no desafio das tempestades. Nascera sob o signo de Marte, com a vocação de paladino. O seu reino viveu com êle, sem já poder compreendê-lo e acompanhá-lo, um belo e fatal romance de cavalaria. O fado comprazera-se em votá-lo ao heroísmo. Não podiam os mestres alterar-lhe a natureza predestinada e transfigurar o leão em cordeiro. Herdara os ímpetos marciais de Afonso V e a sua impulsividade heróica. Para incentivo ao seu pendor guerreiro chegavam-lhe e sobravam-lhe os feitos dos vassalos e os fastos gloriosos da nação. Aprendera a soletrar pela história de Portugal. Era seu avô materno o imperador Carlos V, que passara a trabalhosa vida sôbre o duro arção dos corcéis de batalha. Como Tris-

tão, que bebera o filtro do amor, êle bebera o filtro inebriante da glória.

Não tinha pausa a guerra em seus vastos domínios do Oriente e do Ocidente, e êle concebia a intrepidez pelo primeiro dever da majestade. Através dos bravos mares, as náus traziam da Índia, com as especiarias, com os aromáticos, com as páreas dos príncipes vassalos, as relações das refregas, dos cêrcos, das batalhas, e os nomes espectaculosos dos heróis. A côrte invisível e incitadora em que se recriava a imaginação do rei era povoada com aqueles longínquos e infatigáveis campeadores. O rei virgem vivia entre a scintilação daquelas espadas tintas de sangue infiel. O jesuíta podia ter despertado na alma mística o apetite da glória celeste, não o da glória militar. A juventude é como o vento norte: impetuosa. Aconselhavam-o a que se abstivesse de projectos temerários, mas êle era a própria temeridade; a que se morigerasse, mas êle era a própria exaltação.

No mesmo ano em que sobe ao trono, como para lhe festejarem o advento as esquadras portuguesas da Índia atacavam Mangalor, e como tormenta de ferro e fogo reduziam a brasas e escombros a cidade traidora. Falanges de heróis, enquanto os estadistas do reino se ocupavam em quebrar a moeda e redigir a lei contra a usura, abatiam-se como raios fulminantes sôbre as fortalezas do inimigo. Lá ao menos, no Oriente, a-pesar-de todos os seus vícios e perversões, Portugal ainda andava como uma tempestade, com a sua bandeira tremulando entre os relâmpagos da arcabuzaria e os bulcões de fumo das bombardas. D. Francisco Mascarenhas, general do Malabar, D. João e D. António Pereira, D. Fernando de Monroy, D. Pedro de Castro, D. Jorge Baroche, D. Luís de Almeida, Matias de Albuquerque, D. Diogo Lobo, o *grande,* aclamavam-o na Índia, erguendo para os céus austrais as espadas nuas e rebrilhantes.

¿Como atender as vozes que lhe reco-

mendavam as virtudes pacíficas quando, àlém-mar, os denodados vassalos se batiam pela glória do seu reinado, lhe levantavam em homenagem a fortaleza de S. Sebastião, aguardando o natalício real para lhe porem a primeira pedra? ¡Que pêna ser tam longe a Índia e não poder êle, à frente dos seus bravos cavaleiros, comparticipar dos combates jubilosos! ¡Ei-los, os incitamentos que o enlevam e o exaltam! Fôra preciso que o mar tragasse as armadas para o isolar do exemplo incitador das proezas do Oriente. Mas cada nau que chega traz-lhe notícias que o inflamam. É D. Leonis Pereira, governador de Malaca, ao ver surgir no horizonte as trezentas e quarenta e sete velas das esquadras do Achem, mandando que se não interrompam os festejos pelo aniversário do rei e só depois preparando-se para a luta em que desbaratou os quinze mil soldados do inimigo, protegidos pelos duzentos canhões que despejavam metralha entre borbotões de fumo contra os baluar-

tes invencíveis de Santiago e S. Domingos. Eram as hostes de Gonçalo Pereira Marramaque, comparadas a «ondas empoladas» no furor, submetendo o arqüipélago sublevado das Molucas, depois de domar os jáus de Amboím... Nos paços da Ribeira, em frente do Tejo, paredes meias com a armaria pejada de arnêses, cassoletes, murriões, arcabuzes e lanças, enquanto os experimentados servidores lhe aconselham prudência, o rei místico e cavaleiro mede a grandeza do seu império da Ásia, defendido desde a garganta do mar Roxo à península do Ganges pelas fortalezas de Ormuz, Diu, Bençaim, Chaúl, Damão, Chale, Mangalor, Cochim e Malaca: aqüisições conservadas com o respeito de uma rubra torrente de vitórias, e sente-se mais temeroso que timorato.

Já se completava o largo transcurso de setenta anos em que os portugueses haviam adqüirido o vasto império oriental, defendido pelo escudo do terror. Nenhum poder até então lograra resistir-lhes. Os

samorins de Calecut tinham abandonado nas mãos armadas dos portugueses parte do seu território; aos Hidalcões se arrebatara Gôa a fio de espada e as províncias de Bardez e Salcete; aos reis de Cambaia se tomara a praça de Diu. Os soberanos de Ormuz, depois de entregarem a capital dos seus estados, viviam como vassalos da coroa portuguesa; os reis de Malaca haviam sido expulsos, primeiro para Bintau, depois para Vintana. Igual sorte fôra aplicada aos monarcas do Malabar, de Ceilão e das Molucas. O poder naval português, enorme ainda, embora já declinante, fechava às esquadras turcas as entradas do mar Roxo e imobilizava nos portos as frotas de Calecut e de Cambaia.

Era a êsse império edificado sôbre a coragem, que o rei cavaleiro ia mandar como governador o último grande herói da epopeia, cujas instruções escrevera de joelhos.

Experimentado nas pelejas da África e da Índia e nas campanhas de Carlos V,

D. Luís de Ataíde tinha a estatura épica, que o predestinava para encerrar a dinastia triunfal dos grandes vice-rei. ¿Não se escusara êle a Carlos V, ao querer o imperador armá-lo cavaleiro por suas mãos, dizendo-lhe que essa honra a recebera já de Estevam da Gama, como um Parsifal, à vista do Monte-Sinai?

Não é com a mentalidade do nosso tempo que se podem apreciar os homens que influíram na carreira meteórica de D. Sebastião. Envolvia-o uma atmosfera eléctrica de heroísmo. Era certo que o sol da glória portuguesa pendia para o ocaso, mas os seus últimos raios expediam clarões ainda deslumbradores. Os vícios e as intrigas, as ambições e as atrocidades escureciam o fundo do painel épico. Mas nessa penumbra, precursora da noite, moviam-se como relâmpagos os sobreviventes heróis. Era verdade que muitos dos corifeus militares que existiam do tempo do vice-rei D. Constantino de Bragança eram já nascidos na Índia, que o fausto e

os hábitos orientais os engolfara na indolência, e que das selas dos ginetes tinham resvalado nos cochins dos palanquins. Mas outras energias formidáveis e outros caracteres austeros substituíam em seus postos os heróis antigos e faziam sentinela, no Oriente, à honra de Portugal. Ainda se geravam homens da têmpera dos Albuquerques, dos Pachecos e Almeidas, com sua essência medieval e seu estoicismo romano. Pertencia a essa linhagem D. Antão de Noronha que, adoecendo nas alturas de Moçambique, quando regressava do govêrno da Índia, ordenou ao expirar lhe decepassem o braço direito—o que brandira a espada de cavaleiro,—e o depusessem em Ceuta na sepultura de seu grande tio D. Nuno Álvares, lançando ao mar o cadáver mutilado. A imaginação de um Shakespeare não os criaria maiores do que estes homens foram. Aquela decadência, em vésperas de fragorosa derrocada, ainda produzia leões da espécie de Mem Lopes Carrasco, que durante três dias resistiu pe-

lejando em fragílimo galeão, enfrentando a esquadra com que o Achem se dirigia em som de guerra para Malaca. Esta foi uma das mais sublimes temeridades da bravura portuguesa e que o rei, em transportes de júbilo orgulhoso, premiou com tenças, o hábito de Cristo e o fôro de fidalgo.

¡Quantas vezes aquele feito audaz de quarenta homens combatendo contra duzentas galés, fustas e juncos, não lhe teria ocorrido à lembrança, firmando-o na fé resoluta da sua estrêla e na arquitectura da sua audaz emprêsa!

D. Sebastião não era o produto do fanatismo, da Inqüisição e dos jesuítas, mas um filho póstumo da Idade Média, com a consciência hierática da sua magistratura de monarca, vendo nos prodígios do seu povo os favores tutelares da Divindade. O rei não escrevera os *Lusíadas,* mas, como Camões, tinha a concepção épica da pátria. Tal o poeta, arquitectava grandes e regeneradoras emprêsas. «Fazia das vir-

tudes degraus para se precipitar nos abismos dos temerários». Tinha como preceito que a falta de perigo nas pelejas diminui os quilates às vitórias. ¡Poesia! quando governar bem seria vender pelo maior preço a pimenta da Índia, fundir para relhas de arado os arnezes da armaria, fazer um filho numa princesa de Castela ou de França, cuidar mais da lavoura que da guerra... Mas a criança real brincava com as tempestades, guardava castidade, escrevia de joelhos o regimento dos seus heróis. Era um poeta, que não entendia, como o bisavô, os mercadores italianos e flamengos da Rua Nova, que tinha susceptibilidades mórbidas de pundonor e lia pela cartilha anacrónica da cavalaria. ¡Quando, em Guadalupe, lhe dizem que seu tio, Filipe II, ia regressar a Madrid sem o despedir com a solenidade requerida à sua jerarquia, a criança real logo empalidece, toma a familiaridade por ofensa e fala em mandar um arauto a desafiar o tio! A sua atitude com a Inglaterra, no decurso

das reclamações contra os navios de côrso, é pautada pela energia inflexível de D. João II.

A prisão dos corsários inglêses no Castelo da Mina e em Lisboa ateara em cólera o orgulho britânico. Reclamou o embaixador de Isabel a soltura imediata dos súbditos. Não cedeu o rei juvenil, que enviou a Londres um emissário a apresentar seus agravos. Desatendendo às reclamações de Portugal e cuidando intimidar o rei adolescente, a rainha de Inglaterra concede cartas patentes a legalizar a pirataria infrene. A afronta enfurece o paladino, e o neto de Carlos V replica ao desafio insolente mandando fazer represália em quantas náus inglêsas se achavam nos portos do reino, aguardando a declaração de guerra ou a satisfação da ofensa. Mas a Inglaterra não quís gastar os seus pelouros com Portugal.

É então que na imaginação do rei herói se implanta o projecto de levar a sua espada de cavaleiro às pelejas da Mauri-

tânia. ¿Não era êle rei dos Algarves daquém e dalém-mar? ¿Não tinham passado à África D. João I e D. Afonso V? ¿Não se armara cavaleiro D. João II na mesquita de Arzila, depois da vitória paterna, molhado em sangue e suor? ¿Não projectara D. Manuel passar à África? ¿Não fôra conquistado o reino, de lança em riste, contra os mouros? Estava empobrecida e exausta a nação para tais emprêsas, diziam-lhe os conselheiros do avô, os cúmplices do abandôno de Alcácer, Arzila, Çafim e Azamor. Mas por tôda a parte, na Índia, na América, na própria Berberia a vitória sorria às armas portuguesas. O cêrco de Mazagão, que enchera de glória a regência da avó, e onde oitocentos soldados haviam resistido aos cem mil homens de Muley Abdala, ¿não testemunhava a invencibilidade da bravura lusitana? ¿Não reconquistara Mem de Sá o Rio de Janeiro aos franceses, no mesmo dia natalício e onomástico de D. Sebastião? ¡Vitórias insidiosas, que estimulavam os apetites daquela alma sô-

frega de combater! Cada nau que surgia no Tejo lhe trazia do Oriente, mais do que o dos aromáticos, o perfume estonteador de novos louros.

¡Morigeração! ¡prudência! aconselham os políticos experimentados e os velhos guerreiros que o tempo havia tornado cautelosos. Não assim o bardo, que incita o soberano a continuar a dinastia dos heróis e lhe oferta a espada e a lira:

> «Para servir-vos, braço ás armas feito;
> «Para cantar-vos, mente ás musas dada;
> «Só me falece ser a vós aceito,
> «De quem virtude deve ser prezada.
> «Se me isto o céu concede, e o vosso peito
> «Dina empresa tomar de ser cantada,
> «Como a presaga mente vaticina,
> «Olhando a vossa inclinação divina!

¡Ah! e sobretudo aquele vinho excitador que ao rei casto e abstémio, ansioso de glórias e de cavalarias, lhe oferecia na Índia o imponente herói que para lá mandara! As recomendações da prudência desmoralizavam-se entre os retumbantes

ecos das aclamações triunfais de Chaul e de Gôa. As vitórias de D. Luís de Ataíde haviam feito transbordar da alma do rei o entusiasmo fatal que ia impelí-lo, como corcel sem freio, para a emprêsa temerária da África: único palco acessível à sua vocação de cavaleiro.

Tinham-se finalmente coligado contra o poder português os potentados da Índia. Em segrêdo, com vagares e ardís orientais, os príncipes industânicos concertaram e prepararam a ofensiva a cujo choque se desmoronaria o império de Albuquerque. Entre os reis do Hidalcão, de Mirão e de Calecut seriam repartidos os despojos. O Achem retomaria Malaca; o Grão-Turco atacaria as fortalezas do gôlfo Pérsico e costa de Cambaia. A guerra da vingança e das religiões abrir-se-ia pelo sítio de Chale posto pelo Samorim, o de Gôa pelo Hidalcão, o de Chaul por Niza-Maluco, e propagaria a sua devastação indominável a Sumatra, Java e Molucas, oprimidas pelo mesmo jugo tirânico dos

monstros do Ocidente. A campanha iníqua de Cananor estimulara a coligação vingadora que D. Luís de Ataíde ia afrontar. Até então, os portugueses haviam beneficiado das dissenções dos príncipes asiáticos. Seriam agora as vítimas da coesão dobrada pelo espírito solidário da represália.

Desembarcando em Gôa, o companheiro de armas de Carlos V não demorou em tomar as disposições reclamadas pelo perigo iminente. Não esfriara ainda nas bravas gentes o ardor da coragem, que as fazia ansiar pelos conflitos. Contemplando as muralhas providenciais que o seu antecessor edificara em tôrno da cidade, D. Luís de Ataíde sorrira, jubiloso: «*muro, não te fez Dom Antão, fez-te Santo Antão!*»

Contra Chaul movia-se o exército de Niza-Maluco, com dezenas de milhares de homens e cavalos, elefantes, canhões, cimitarras, lanças, catapultas e outras máquinas de guerra. O Hidalcão apresentava-se em frente de Gôa com 65.000 ho-

mens, artilharia, rebanhos de elefantes armados. Perante a enormidade do poder inimigo, a população de Gôa, espavorida, suplica ao vice-rei que abandone Chaul e concentre na defesa da capital do Império todos os recursos militares. O clero, levando à frente o arcebispo de Gôa e o bispo de Malaca, exigia ardente a entrega... Mas cravando a vista grave no arcebispo e batendo com a mão no arnez resoante, o herói lhe adverte que em negócios de guerra não recebia conselhos da igreja.

Enceta-se o duelo tremendo entre Portugal e a Índia, logo estreiado pela auspiciosa victória de Luís de Melo da Silva, que recolhe a Gôa triunfante da armada de sessenta galés com que o obstinado Achem ia atacar novamente Malaca. A decadência não corrompera ainda o heroísmo. A bravura e a coragem estavam intactas. Niza-Maluco chamava a Chaul um curral. Fratacão observara-lhe: «*é curral, mas está cheio de leões!*» Aos primeiros apertos do cêrco, os homens prudentes re-

clamavam o abandôno da cidade e que se recolhesse a guarnição à cidadela. Protestaram os fidalgos que primeiro largariam a vida que uma pedra da cidade ao inimigo; e Chaul, sob um dilúvio de fogo e flechas, confirmava o dito apologético do Fratacão. Sacudindo a juba, os leões de Chaul bramiam, e aos seus bramidos começaram a acudir das outras praças tantos soldados ansiosos da glória de combater que se impôs aos governadores a necessidade de promulgar pênas severas contra os desertores heróicos.

Espantados e desalentados pela defesa furibunda, já os asiáticos moderam o ímpeto dos ataques. Não abrandam os sitiados no furor da defesa. A bandeira das quinas ondeia inviolável no ápice dos muros; e é tamanho o prestígio do reizinho belicoso, que os leões de Chaul aguardam a véspera do dia de S. Sebastião para a sortida do baluarte de S. Francisco, com que semeiam a confusão e o pânico nas hostes inimigas.

Ao mesmo tempo em que contra as muralhas de Chaul se despedaça o exército de Niza-Maluco, a fortaleza de Chale, investida pelo samorim de Calecut, *«é um Capitólio onde cada soldado era um Manlio»*. Oitenta homens, comandados pelo octogenário D. Jorge de Castro, batem-se com a cólera assustadora do desespero. Cercada, vendo o rio obstruído pelos obstáculos que o inimigo amontoou e fecham o único caminho por onde pode chegar-lhe o socorro, a guarnição vai sucumbir. Então a raça *decadente* gera um novo Hércules, que se propõe a romper num batel os temerosos obstáculos, afrontando a tormenta de fogo. Parte o herói, peleja, desmorona as trincheiras com panelas de pólvora, caminha entre explosões e volta vencedor, chamuscado e sangrento... Meses depois, no seu paço de Lisboa, ao ouvir a narração da proesa heróica, D. Sebastião declara, em extase, que a não ser rei quizera ser Francisco de Sousa: o Hércules de Chaul.

Entretanto, Gôa, cercada pelas fôrças do Hidalcão, soberbamente resiste e valorosamente combate. As suas bandeiras, com que o inimigo se propusera a varrer o chão dos pagodes, estampavam-se, abertas como flores pelas brisas do Índico, na turquesa do céu tropical, hasteadas nas tôrres da cidade de Albuquerque. Dominando as vagas assoladoras dos exércitos industânicos, D. Luís de Ataíde era comparado a Noé na segurança da arca entre a tempestade do dilúvio. A grandeza épica do soldado magnífico, a quem o rei ia dar o título de conde de Atouguia, parece ainda, naquela hora de transição entre o dia da glória e a noite da catástrofe, um prolongamento vivido dos *Lusíadas*. Como lhe chegasse a notícia de que o Hidalcão fizera voto de entrar em Gôa a cavalo — para o que ordenara se atulhasse o passo fronteiro à ilha de João Lopes, — o vice-rei remete-lhe um formoso corsel com que o presenteára o rei de Ormuz, e pelo mensageiro o recado de que o ficava es-

perando com as honras devidas a tam grande príncipe. Ao arcebispo, que lhe enviara um açafate de figos, lho agradecia o vice-rei mandando-lhe uma bala que na véspera lhe batera, amortecida, no peito, «*pois daquela qualidade de fruta era com que a sorte o regalava nos pomares da guerra*», rogando ao prelado a pusesse aos pés da Mãe de Deus como primícia da copiosa colheita que esperava.

Mediam-se por êste estalão de epopeia os vassalos do rei cavaleiro, cantados por Camões na peroração do poema imortal:

> «Olhai que ledos vão por varias vias,
> «Quais rompentes leões e bravos touros,
> «Dando os corpos a fomes e vigias,
> «A ferro, a fogo, a setas e pilouros.
> ....
> «Os cavalleiros tende em muita estima,
> «Pois com seu sangue intrépido e fervente
> «Estendem não somente a ley de cima
> «Mas inda vosso império preeminente.

O rei, que desatendia os conselheiros, ouvia a lição exaltadora do poeta. Quando surge airosa no Tejo a náu em que o

herói regressa do govêrno glorioso, D. Sebastião acode ao cais a recebe-lo, e, como fizera D. Manuel a Duarte Pacheco, conduzi-lo, debaixo do pálio, à sua direita, através da cidade colgada de bandeiras. À frente do cortejo, as trombetas da fama atroam os ares; e o rei vírgem, caminhando ao lado do vencedor da Índia, sentiria a nobre emulação pelas suas proesas estupendas.

¿Quando lhe chegaria a vez? ¿Quando anunciariam a sua glória aquelas buliçosas bandeiras de sêda e aquelas sonoras trombetas de prata?

RAMÁTICO contraste o da marcha triunfal com a «apagada e vil tristeza» que abatia a nação!

O Portugal rural e municipalista da Idade-Média, o das energias populares, o da fé cândida e bárbara, estava reduzido a pouco menos que mirrado cadáver. O Portugal dos descobrimentos e conquistas despedia sôbre aquela taciturna agonia o esplendor chamejante do seu ocaso de ouro e púrpura. Gôa e a Rua Nova dos Mercadores eram os dois pólos do Portugal da Renascença. Na Índia, os derradeiros sobreviventes da cavalaria batalhavam. Nos duzentos metros da Rua Nova, a burguezia, opulenta e cosmopolita, estadeava

a prosperidade parasitária. Para àlém das muralhas fernardinas de Lisboa alastrava a miséria, fadiga extreme de um povo atrelado durante um século ao carro pesadíssimo da glória. Porém, sôbre o país esgotado e ofegante desdobrava-se o manto, constelado de pedrarias, talhado na carne viva da epopeia do Oriente. A nação morria, cantada por um poeta sublime, adornada de pérolas de Ceilão, rubis do Pegú e esmeraldas de Cambaia. «A seiva da árvore social esgotara-se no bracejar descomposto». O tronco carcomido a custo sustentava as ramarias ávidas da Índia, da África e da América. No matadouro da Ásia havia 16.000 soldados. Só o vice-rei D. António de Noronha levara na sua armada 4.000 homens, dos quais apenas 2.000 lograram pisar as praias do Índico (1). O reino exangue continuava a

(1) Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, discursos 1.º e 2.º.

ser exportado nas náus: pelas esquadras anuais do Oriente, para as praças fortes da África, para as donatárias do Brasil, para as ilhas de S. Thomé e Cabo Verde. Depois do êxodo dos judeus, começara a emigração dos cristãos (1). Em contraste com os esplendores de Lisboa, as províncias sucumbiam. Os novos-ricos da capital, em azáfama: armadores, mercadores, banqueiros flamengos, genoveses e venezianos, feitores, contratadores da Guiné e da Mina, reduziam a negócio o heroísmo ultramarino, pago com o último sangue da nação anémica. A Índia continuava arruinando Portugal e enriquecendo os estrangeiros. Era com a moeda cunhada com o ouro de Sofala que se pagava à Inglaterra, à Itália, à França e à Alemanha

---

(1) Severim de Faria, op. cit., avalia na quarta parte a população de Sevilha nascida em Portugal. Na Castela Velha e na Extremadura eram portugueses o maior número dos mestres e oficiais das manuais.

o pano com que se vestia o povo, o pão com que se nutria, as sêdas, os veludos e os brocados do fausto citadino. Tentando em vão suster a catástrofe, o govêrno legislava sôbre os alimentos e os trajos, decretando leis severas, «que só podiam ser recebidas pelos estoicos da antiga Esparta», e que apenas o rei (1) e os pobres cumpriam. As pragmáticas já não podiam repôr a nação nas suas virtudes antigas e na sua economia medieval. O país já não bebia a água das suas fontes; matava a sêde escaldante com os filtros do Oriente.

Vibrara a política comercial dos descobrimentos um golpe fatal na agricultura. A pequena nobreza rural trocara pela Índia fascinadora os solares e as herdades patrimoniais. Abandonada à população misérrima dos campos, a indústria agrária —

---

(1) «*Na quarta-feira foi o Legado visitar El-rei, o qual veio encontrar-se com elle ao meio da sala grande, acompanhado de muitos cavaleiros, e vestido singelamente, todo de panno preto.*» Venturino, op. cit.

que a agitação das guerras e a deficiência de braços nunca haviam permitido que atingisse alto grau de prosperidade, — entrara a definhar. A fome assolava o reino com periocidade assustadora, desde que os navios, navegando sob o talisman da cruz, haviam alcançado os empórios asiáticos antes que se completasse o povoamento dos desertos alemtejanos. Assim, e a par e passo que a Lisboa comercial, pululante de estrangeiros — só na freguesia do Loreto residiam para cima de cinco mil italianos! — abarrotava de ilusórias riquezas, o organismo nacional deperecia, atacado de raquitismo, e já era aquele mesmo país indigente que Filipe II havia de contemplar, desapontado, pela portinhola da sége de jornada. O outro, o Portugal opulento dos argonautas e dos ricos mercadores, de que o Venturino nos deixou a descrição resplandecente, não era menos verídico, de tal modo paradoxal nos aparece aquele reino caótico de D. Sebastião, que não tardaria a despenhar-se nos

abismos com os seus heróis épicos, os seus domínios desmarcados, as suas pompas cesáreas, a sua cultura ilustre e os seus burguezes abastados, tam certo é que não se infringem impunemente as leis económicas e que sempre se acaba por pagar por duro preço uma prosperidade que só beneficiava uma classe, e posta na dependência do êxito das lutas armadas.

No trôno dêsse reino dessorado pelo mercantilismo, emergindo da dissolução da Renascença, estava um rei de romance de cavalaria, governando uma nação de comerciantes, de usurários, de inqüisidores e de párias. No seu leito de brocado de ouro, na câmara armada de razes «*com historias do Velho Testamento e quantas ficções teem inventado os poetas*», o adolescente místico e vírgem sonhava com batalhas gloriosas, enquanto nas enxergas o seu povo lázaro coçava a vérmina, estremunhado com o pavor das pestes e das fomes.

Decerto, o rei tinha razão. Aquele Portugal imperialista de D. Manuel entrara na

agonia. O reino que lhe deixara em herança o avô era um moribundo em pé. Para salva-lo seria preciso retemperar-lhe as virtudes antigas, restaurar a velha nação soldadesca e rural. O negócio da Índia falira. O devedor relapso não podia já ditar o preço das especiarias nos mercados da Europa. Fôra-se buscar a pimenta ao Oriente para com ela comprar o trigo que se tinha ao pé da porta. A nação comerciante sacrificára a nação agrícola. A nação ultramarina devorara a metropole. Desde que D. Manuel, coerente com as perspectivas da nova política, revogara as instituïções dos aquantiados e besteiros, desmilitarizando a população, a carie atacara o esqueleto da nacionalidade. A casta nobre e guerreira fôra desbaratada na sustentação do império. Um novo rei negociante, no estilo de D. Manuel, teria de governar altercando com os mercadores e os credores, condenado a sustentar sem êxito, até ao último alento, as guerras devoradoras da Índia. D. Sebastião representava, de facto,

o ideal tonificante do nacionalismo ancestral. Mas «*para resuscitar o pensamento destruido nos fins do seculo XV era preciso reconstruir uma sociedade que perecera com ele.*

o mesmo ano de 1571, quando D. Luís de Ataíde desbarata a coligação dos potentados do Oriente, é que o Papa V manda à côrte de D. Sebastião o cardeal Alexandrino.

Com a narrativa que da jornada de Elvas a Lisboa nos deixou um letrado do séquito cardinalício (1), podemos ressuscitar, atónitos, o fausto inverosímil que atingira nas vésperas da catástrofe o Por-

---

(1) *Viagem do Cardeal Alexandrino, Miguel Bonello, sobrinho de Pio V, legado aos reis de França, Hespanha e Portugal, no anno de 1571*, por João Baptista Venturino. Códice 1.607 da Biblioteca do Vaticano. Traduzido e publicado por Herculano, no Tômo VI dos *Opúsculos*.

tugal bélico-comercial da Renascença, onde se haviam acumulado as ruínas e as riquezas da política expansionista de três reinados.

Logo de entrada, na recepção do duque D. João de Bragança, as pompas portuguesas deixam estupefacto o séquito do prelado romano. O duque apresenta-se faúlhante de pedrarias, as bandas da capa apresilhadas com rubis, o barrete de veludo guarnecido de pérolas e diamantes. O seu palácio é mais sumptuoso que todos os que os italianos viram em Espanha, exceptuado o de Madrid. As paredes das suas salas e escadarias estão recobertas de tepeçarias de sêda, ouro e prata, representando umas a tomada afortunada de Azamor pelo duque D. Jaime, outras a batalha de Aljubarrota. O leito do legado é de brocado de ouro, e com a mesma áurea tela está recoberta a mesa de estado. As cadeiras são de veludo franjado de ouro, e Venturino avalia em cento e cincoenta mil escudos as baixelas de ouro e prata

que refulgem nos aparadores, enormes como altares. No banquete teatral servem-se, enquanto tocam os atabales, as trombetas, as adufas e os pífaros, pavões armados e pasteis de onde voam, ao abrirem-se, perdizes, melros e pombas bravas. O duque, como um soberano, é servido de joelhos. Para lhe darem de beber cumpre-se um cerimonial ostentoso. Adiante do escanção, que lhe apresenta a copa e o jarro de água, posta-se o mordomo com o bastão, entre os maceiros e os reis de armas, vestidos com sobrevestes de brocado de ouro. E quando, ajoelhado, o escanção oferece ao duque a copa de ouro, os instrumentos tocam, as trombetas estrugem! Assim bebia um copo de água o duque de Bragança, em 1571. Sete anos depois, o filho primogénito do senhor de Vila Viçosa, cativo dos mouros, dormiria sôbre o chão duro, entre os miasmas cadavéricos de Alcácer... A duqueza D. Catarina aparece ao sobrinho de Pio V trajando um vestido de velùdo preto bordado

a espiguilhas de ouro, rubis e diamantes. Uma donzela, que outras dez acompanham, sustém-lhe a cauda branca do vestido; e a Juno de Vila Viçosa têm ao lado, como um pavão, vestido de tela de prata listrada de vermelho, *«côr tão louvada de Ariosto»*, o seu filho mais velho, D. Teodósio, duque de Barcelos. Era a mesma criança loura que representaria o pai na batalha fatal, e a quem um soldado azuago salvaria a vida, arrancando-o do cativeiro de dois alvares montanheses.

A forte nação está prestes a caír em delíquio, mas no caminho do legado tudo são festas e pompas. Pelas cidades e vilas do precurso o embaixador da Cúria é recebido com fogos de artifício, bailes mouriscos, cavalgadas e clangores de trombetas. A recepção de Évora parece uma scena de grande opera, marcada por um contra-regra de génio. Sái ao encontro do legado o lugar-tenente do rei à frente de quatrocentos ginetes e dez mil peões da sua milícia. Veem depois o governador e o alcaide

a cavalo, os magistrados trajando as vestes talares, acompanhados dos meirinhos. Na poeira da estrada scintilam a lhama de ouro dos charameleiros e as alabardas da escolta do governador. Avançam pretos a cavalo, vestidos de damasco, tocando atabales. Passam as ordens monásticas e o clero. Ondula no ar, sustido nas varas de prata, o pálio do arcebispo, e no horizonte recortam-se as arcadas grandiosas do aqueduto de Sertório, reconstruído por Garcia de Rezende.

Já se aproxima de Lisboa a comitiva solene, que a douta infanta D. Maria hospeda à sua custa nos paços do alcaide do Barreiro, revestidos de alto a baixo, para a circunstância, de panos de Flandres, mandados do palácio de Santa Clara. O fausto atinge agora o desvairo. O leito do legado, com colunas embutidas de ouro, refulge como um sacrário, entre os cortinados de damasco preto orlado de ouro. Os travesseiros são de holanda recamados de ouro. O ouro é uma obcessão. A sala onde se

banqueteiam os prelados tem um dossel de veludo negro semeado de lírios de ouro. A baixela é de ouro; e até os mais ínfimos criados bebem por taças de prata...

Ao escurecer o dia, avista-se Lisboa à distância de duas léguas, sentada no trôno das suas colinas, afogueada pelo clarão vermelho das fogueiras, esperando a visita de Roma. Logo pela manhã começa a embarcar o cortejo para a travessia do estuário. A paleta do Ticiano empalidece perante aquela fantasmagoria. Vai numa barca pintada de vermelho, toldada de damasco, o embaixador da Cúria, seguido pelos familiares em seis barcas empavesadas, com dosseis de veludo, e por D. Constantino de Bragança em um bergantim colgado de veludo encarnado e verde. Os remos coloridos batem cadenciadamente nas águas. Já ao longe avança ao encontro do cortejo fluvial uma barca fantástica, do feitio do Bucentauro de Veneza, trazendo armado à prôa um dossel de tela de ouro, que resguarda dos raios do sol uma

cadeira de brocado de ouro. As bordas estão adornadas de ramos de louro, o chão é forrado de tapeçarias da Pérsia; nos mastros esvoaçam bandeiras de damasco verde e amarelo. A galeota coruscante, para onde passam o legado e os prelados, vai rebocada por dez bergantins pintados de púrpura. Em volta do fantástico andor vogam barcos ornamentados de paveses, onde tocam orquestras de pífaros, adufes, timbales, trombetas e tambores e onde bailam e cantam dançarinos trajados à mourisca. Outras barcas se avizinham, despejando as bombardas. O Tejo está agora coalhado de embarcações de gala, em cujos mastros acenam bandeiras variegadas, que espantam as gaivotas. A galeota continua a deslizar como um trôno de ouro, que invisíveis golfinhos transportassem sôbre as águas azúis. O arcebispo de Lisboa com o cabido da Sé, eclesiásticos, cavaleiros das Ordens, fidalgos, magistrados acodem em bergantins toucados de flámulas e guiões. As galés de guerra e as fortalezas

trovejam. Os sinos de Lisboa repicam. Já a galeota do embaixador da Cúria atraca à ponte recoberta de colgaduras, onde o cardeal D. Henrique aguarda o legado pontifício. Os canhões continuam a ribombar. Aclamações atroadoras sobem da multidão. E finalmente, no cortejo apoteótico, surge o rei louro e belo, «de olhar e sobrecenho carregado e altivo».

Tem dezoito anos a «maravilha fatal da nossa idade». O cavalo em que vem montado trás «pendentes de pedras preciosas e ouro» na cabeça. A sela é de veludo preto «recamada de ouro e pérolas». Adiante do corcel real, dois escravos negros conduzem à rédea dois ginetes de sobrecelente, um claro, outro baio, «com xaireis de brocado de ouro e jaezes de ouro».

Então, sôbre o cavalo, por um fugidio instante, o rei se descobre ante o legado do Papa, voltando logo a carregar para a testa, «quási até o sobrolho», o barrete de veludo adornado de pérolas e diamantes.

E por entre as aclamações, em meio do cortejo policrómico onde esplendem as vestes cardinalícias do embaixador do Vaticano e as do infante D. Henrique, o rei juvenil, erecto na sela de veludo preto do corcel emplumado, antevê, porventura, naquele desembarque do legado pontifício, em cujo fausto se entrelaçam os esplendores de Roma e Portugal, o seu futuro e triunfal desembarque, quando voltar, como um César cristão, coroado de louros, da Mauritânia subjugada . . .

O DESTINO que presidia à sua carreira lhe serviu em-fim o pretexto decisivo à vocação belicosa. Desapossado por Molei-Moluco, aliado do Grão-Turco, o xerife Molei-Mohâmede viera a Ceuta pedir o auxílio do rei de Portugal para recobrar os seus estados, prometendo-lhe a fortaleza e cidade de Larache em prémio do socorro.

O rei cavaleiro mediu de relance a oportunidade que o céu lhe concedia de dilatar o reino, de reconquistar as praças pecadoramente abandonadas pelo avô, de reforçar o poder português na Mauritânia e reconduzir a nação, engolfada na mercância, às actividades combativas da Or-

denação Afonsina e das milícias municipais, quando todo homem válido era um soldado, o povo um exército, o rei um general, e que haviam garantido ao Mestre de Avis e ao *Africano* o êxito das suas campanhas gloriosas (1).

Sustida um momento, pelo génio militar de D. Luís de Ataíde, a derrocada do império indiano não se prefiguraria remota. O clarão das vitórias de Gôa e Chaul fora manchado pela perda da fortaleza de Chale, primeira praça que os por-

---

(1) Alexandre Herculano, *Apontamentos para a historia dos bens da coroa e dos foraes*, no tomo VI dos *Opusculos*. «Esta organisação militar do paiz, successivamente estabelecida em Portugal, explica as invenciveis resistências que durante a edade-média uma nação pequenissima offereceu sempre á dissolução interior e á conquista extrangeira: era um povo de soldados; o rei um general; mas general que tinha o quer que era de pae de familia e ao mesmo tempo o caracter sacrosanto de ungido de Deus. Esta vida intima da nação não podia ser annullada nem pelas ambições dos poderosos, nem pelos commettimentos d'estranhos. Á voz do seu principe, Portugal inteiro erguia-se armado como um só homem e arrojava-se

tugueses entregavam nas mãos do inimigo: caso novo, sem precedentes na Índia, e capaz de abater a reputação do valor lusitano em tôda a Ásia temido. A rendição infundira pasmo em Lisboa. Para assustar futuras fraquezas, resolvera-se dar um exemplo terrível, mandando-se que D. Jorge de Castro, o octogenário capitão da fortaleza rendida, fôsse decapitado em Gôa (1). Vão holocausto, pois o império cairia como caíu no cadafalso, abatida pelo cutelo do algoz, a cabeça branca do

---

ao combate, não para defender como mercenario os interesses, para elle inintelligiveis, de um individuo; mas para salvar collectiva e individualmente o lar domestico, o campo herdado, sua mulher e filhos. O renascimento, que matou quanto havia generoso e forte na indole nacional, matou egualmente isso. Em vez de alimento sádio, deu-nos o veneno embriagante das remotas conquistas, as convulsões da nevralgia em vez do caminhar pausado e firme de uma boa organisação physiologica». Op. cit., págs. 322, 323.

(1) A sentença já fôra executada, e abatida a cabeça encanecida do velho soldado, quando chegaram a Gôa as cartas régias de perdão que nomeavam D. Jorge para o govêrno de outra praça.

infeliz capitão... A divisão do Estado da Índia em três governos autónomos (1), com que se pensava robustecer a arquitectura oscilante, não conseguiria senão enfraquecer a autoridade e fomentar desharmonias. O império, que resultara da vitória dos projectos geniais de Albuquerque sôbre o sistema preconizado pelo seu émulo glorioso, já parecia aos previdentes condenado. Não porque se abastardasse a coragem portuguesa, que até então resistira às mais tremendas provas, mas pela deficiência dos recursos necessários para mante-lo. Só o terror que de si espalhavam os conquistadores pudera dominar os povos indianos, debilitados por com-

---

(1) A descentralização do govêrno foi também decretada para o Brasil. Ao vice-rei D. António de Noronha, sucessor de D. Luís de Ataíde, competia o govêrno desde o cabo de Guardafui, no estreito de Méca, até Ceilão; a jurisdição do segundo govêrno compreendia os territórios desde o cabo das Correntes até ao de Guardafui; a do terceiro abrangia Malaca, o reino de Pegú e as Molucas até à China.

petições intransigentes. Tinham os portugueses beneficiado dessas dissenções das côrtes asiáticas, dos processos novos de combater, da superioridade das armas, da sua tática previdente e da sua estratégia subtil. Mas o heroísmo português fôra uma escola onde a moleza oriental se virilizara. Os sucessos daqueles combates de um contra cem, que nos parecem fabulosos, só se explicam pela aliança desses factores com a bravura de um escol militar exercitado na guerra, e talvez estimulada, àlém da honra, pela ambição das riquezas.

O regresso ao tentamen de Marrocos era sugerido à imaginação medieval do rei pela ruína económica do país, pelos embaraços graves em que D. João III deixara as finanças do Estado, pela falência da feitoria da Flandres e as despezas incomportáveis da manutenção da Índia, em esquadras, exércitos e funcionários. Começava a compreender-se que mais valiam moios de trigo que de pimenta e que êrro

fôra procurar em remotas paragens o que se tinha ao pé da porta, nas terras vizinhas da Berberia. Ali encontraria o rei cavaleiro campo onde pudesse luzir a sua bravura, onde a nação decadente restauraria as energias antigas, regenerando-se na luta. Motivos de alta política apoiavam os argumentos económicos. A presença dos turcos em Larache constituía um perigo para os reinos cristãos da península. A defesa do estreito exigia, mais do que as posições fortificadas de Ceuta e de Tânger, cercadas de inimigos, um poder permanente, que não continuasse à mercê de surprezas e ciladas. Lúcidamente, entre as razões alegadas ao tio incrédulo, o rei juvenil avaliava a importância estratégica do litoral africano e reputava necessário integrar aqueles dispersos nódulos de defesa no território adjacente, isolando-os do contacto imediato com o inimigo que os assediava. Nunca as atalaias podiam adormecer nas praças de África. Era tam estreita a sua clausura que, anos

antes, para se abastecer Tânger de lenha fôra necessário que o governador Lourenço Pires de Távora saísse a campo com os fronteiros, em pé de guerra, e ferisse violentos combates que haviam custado a vida a vários cavaleiros, entre outros ao filho de Cristóvam Jacques.

¡E sobretudo, a guerra de África ia permitir ao rei, seguindo o exemplo dos antepassados, combater! ¡Palavra mágica, a cujas sílabas tôda a sua alma de paladino se alvoroçava! Desde menino que a inclinação guerreira o possuia. Preguntando-lhe uma freira, na solenidade da profissão no mosteiro da Madre de Deus, o que haveria de pedir para êle ao seu Divino Esposo, a criança real lhe respondera: — *que o fizesse seu capitão!* No paço, em uma tapeçaria flamenga, mostrava-se a imagem da Virtude segurando pelos cabelos a Fortuna, e o dístico latino lhe ensinava que não sabe escapar nem pode fugir a Fortuna quando a virtude com sua fôrça a retém. Na capela da Alcáçova, os régios

olhos azúis, ao elevarem-se do livro iluminado das orações, encontravam o painel de S. Miguel Arcanjo, expulsando a Lucifer à frente das cohortes aladas, e o reizinho místico pediria a Deus lhe permitisse ser na terra o arcanjo puro que implantasse o lábaro da cruz nas terras infieis.

Estava preparado para a glória e para a morte com todos os sacramentos; e desde que o projecto obsidiante se lhe implantou no espírito não houve mais advertências e conselhos que o demovessem de cumpri-lo. A sua vida concentra-se naquela aspiração devoradora. E ei-lo a adextrar-se nos perigos, a desafiar as tempestades, a exercitar a musculatura nos jogos de cavalaria e nas caçadas. Um dia, às ocultas, desce da serra de Sintra, embarca, vai a Tânger observar o terreno e o valor dos inimigos. A côrte alarma-se. Sem êxito, a avó, o cardeal e o rei de Espanha tentam dissuadir o herói do seu intento funesto. Debalde alguns dos mais experimentados

guerreiros da África e da Índia o advertem dos perigos. Em vão lhe censuram a imprudência de aventurar a dinastia sem sucessão a emprêsa mais para vassalos que para monarcas. ¿Não foi S. Luís à Terra-Santa? ¿D. João I a Ceuta? ¿D. Afonso V a Arzila? ¿Carlos V a Tunis? Obstinado, êle invoca a obediência à majestade. ¿Porque lhe legaram um reino em crise, enfraquecido e empobrecido? Não o fadou a sua estrêla para ser rei de mercadores e da rua Nova, monopolizador da pimenta e do pau brasil. ¡Desatino! ¡Imprudência! Mas o imprudente, procedendo dentro da lógica da sua obcessão incoercível, revela-se um organizador tenaz e previdente, empenhado em cercar de tôdas as garantias do triunfo o seu plano temerário. Manda anunciar na Itália e na Alemanha que faria avantajados partidos a todo o homem que tivesse ofício de guerra e quizesse servir sob a sua bandeira; vai a Guadalupe pedir ao tio a mão de uma das princesas de Castela e a cooperação mili-

tar que Filipe II lhe promete. ¡Mas, ai dêle!, só lhe darão a esposa quando regressar da África vitorioso, e a retribuïção espanhola do auxílio que D. João III prestára a Carlos V na campanha contra Barbaroxa teria de ser substituïda pelos dois mil castelhanos engajados e comandados por D. Afonso de Aguilar, entre os quais vai o fatal Aldana... Nenhuns contratempos, porém, o desalentam. Êle é a mocidade com as suas energias corajosas, as suas esperanças ilimitadas, os seus entusiasmos veementes. É a realeza rejuvenescida num reino que envelheceu. Entretanto, agitada no seu torpor por aquela vontade contagiosa, a nação desperta. Desde o Minho ao Algarve só se fala na guerra, como, oitenta anos atrás, só se falava na Índia. O recrutamento dos terços de Lopes de Sequeira, de Francisco de Távora, de Vasco da Silveira e de D. Miguel de Noronha, dificultosamente progredia. As epidemias, as navegações, as conquistas, os povoamentos ultramari-

nos, haviam devastado a população. A província perdera os hábitos militares em que a tinha por tanto tempo mantido a organização afonsina. Os campos davam apenas soldados bisonhos, desabituados do manejo das armas. Mas a Rua Nova, depressa recobrada da aflita surpreza que lhe causara a guerra, convertera a guerra em fonte copiosa de lucro. A jornada da África era o grande negócio do reino. A Lisboa dos mercadores, depois da paz de dois reinados, transformara-se em marcial aquartelamento de tropas. Os soldados tudescos, recrutados na Alemanha, estavam alojados em Cascais. Os mercenários do duque de Lenister, os castelhanos que tinham vindo embarcar a Lisboa, os terços de Santarém e do Alemtejo, a gente vermelha e amarela do duque de Bragança enxameavam as ruas. No Tejo aglomeravam-se os navios que haviam de transportar o exército, e o poder naval da pequena nação parecia enorme e incrível aos que o contemplavam. Na Ribeira das

Náus embarcava-se a artilharia de campo e de assédio; «piques, arcabuzes, pelouros, ceirões, carretas, enxadas, alviões, barras, pólvora e murrões»; azémolas de transporte, gado e cavalos de combate. O próprio rei febricitante inspecionava o embarque, e um dia o viram no cais «sem chapéu, mandar arrumar num galeão umas poucas de armas, e era a sésta ardentíssima» (1). Dos cais corria o rei ao campo para assistir às manobras dos esquadrões, andando jubiloso por entre a poeira e a fumaça da arcabuzaria, antegosando os prazeres viris da guerra.

Os mercadores esfregavam as mãos de contentes. Os fidalgos arruinavam-se na compra de armas, arreios, trajos de gala e de combate. Nos campos, as mães choravam pelos filhos arrebatados para os terços, e que quási todos iriam morrer no cativeiro.

---

(1) Manuscrito da Ajuda, publicado parcialmente por Herculano. Cf. *Opusculos*, tomo VI.

Finalmente, aos 8 de junho, mandou o rei lançar bando que as tropas se aviassem, porque êle se embarcava a 14, que era um sábado; e tam firmemente o resolvera que, preguntando-lhe o seu valido Cristóvam de Távora se havia de passar alguns dias depois dos quatorze, lhe respondera arrebatadamente que «bem podia o céu ajuntar-se com a terra sem haver falta no que tinha mandado apregoar». ¡Promessa feita e cumprida! A 14 de junho foi D. Sebastião dos paços da Ribeira à Sé buscar a bandeira real, que havia de hastear-se nas batalhas.

Para o acompanharem haviam-se preparado os fidalgos, convocados para a última parada de gala da cavalaria portuguesa. A tragédia cujo derradeiro lance em breve se representaria num areal africano, tinha naquele dia de verão de 1578 o seu prólogo festival e imponente. Os guerreiros de Alcácer-Quibir, vestidos de brocado, de telas de ouro e prata, de veludos florentinos, de damascos genoveses,

adornados de pedrarias do Oriente, as tranças dos chapéus rebrilhantes de rubis, diamantes e esmeraldas, compareciam no terreiro do Paço, montando cavalos empenachados e emplumados, com os jaezes, nóminas, peitorais e cingulas de veludo franjado de ouro, acompanhados de seus pagens trajados de sêda e gran, cada um com a côr da sua libré.

O rei assomou à varanda das Damas. ¡Aquela era a obra da sua inspiração, criação do seu engenho e poder! No Tejo balouçavam-se as náus atochadas de armas, munições, ferramentas e gados. Ali, a flôr da nobreza, vestida como para uma bôda, e que amanhã trocaria o gibão de sêda pelo arnez, a espada tauxiada pelo montante e a lança, e se precipitaria, como tufão de ferro, contra os mouros... Naquele primeiro passo que dava para a morte, rememoraria talvez o rei a série de obstáculos que a sua obstinação de iluminado tivera de vencer: a avó suplicando-lhe até à morte que renunciasse à heróica

emprêsa; o cardeal D. Henrique retirando-se para Évora, demitindo-se dos seus cargos, como querendo solenemente rejeitar a cumplicidade no empreendimento do temerário sobrinho; Filipe II exortando-o a renunciar a campanha tam perigosa; o dedicado escrivão da puridade, Martim Gonçalves da Câmara, irmão do seu mestre e confessor, apartando-se do serviço; as admoestações dos velhos conselheiros do seu avô pacífico; as advertências de tantos e experimentados fidalgos... ¿Não haviam também os conselheiros prudentes combatido o projecto da conquista de Ceuta? ¿Não se tinha metido o Infante em Sagres para isolar-se das murmurações que provocavam os seus empreendimentos, dos quais se não esperava «senão perdição de quanta gente vai em os navios» (1)? Triunfara! ¡Seguia, hipnotizado, a sua estrêla! E os olhos alegres do

---

(1) João de Barros, *Decada* I.

rei percorriam o campo de parada onde o aguardavam em cima dos corceis impacientes os seus bravos vassalos. A fé na vitória inebriava-o. Aberto via enfim o caminho aos grandes destinos sonhados pelo poeta:

> «Ou fazendo que mais que a de Medusa
> «A vista vossa tema o monte Atlante;
> «Ou rompendo nos campos de Ampelusa
> «Os muros de Marrocos e Trudante:
> «A minha já estimada e leda musa
> «Fico que em todo o mundo de vós cante,
> «De sorte que Alexandre em vós se veja
> «Sem á dita de Achiles ter enveja!

Risonhamente, o condenado desceu a escadaria, cavalgou o seu corcel de batalha. Pela Rua Nova desfilou ruidosamente o cortejo eqüestre do herói até à Sé, onde se rezou a missa propiciatória e se benzeu o estandarte em que estavam «de uma parte postas as armas reais, e da outra um crucifíxo e el-rei D. Sebastião tirado do natural».

Prostrado, com os olhos rasos de lá-

grimas, o rei orou diante da capela do Santissimo Sacramento. Entregou depois a bandeira ao alferes-mór, D. Luís de Menezes, saíu a montar a cavalo, e no caes da Rainha embarcou para a galé de espavento, maravilha da arquitectura naval — ¡ digna de conduzir à glória um paladino de Deus! — que resplandecia, dourada e empavezada, ao sol de Junho, sob o aéreo bailado das aves marinhas.

Prisioneiro da sua missão, nunca mais desembarcou, como se não quizera poluir-se no contacto com a terra depois da cerimonia mística da Sé.

Diz o manuscrito anónimo da Ajuda, divulgado por Herculano, que quando el-rei partiu de Oeiras, que desamarrou e levantou âncora, desamarraram com êle pouco menos de oitocentas embarcações *«com as velas todas metidas, que faziam uma vista formosissima; e quando chegar á Africa deve ir com mais de mil e quinhentas velas, porque tem mandado que se ajuntem no Algarve as da cidade do Porto, de Viana,*

d'Aveiro, Villa do Conde, Buarcos, Setubal, em o qual estão esperando mais de duzentas velas, e outras muitas que estão em Cezimbra, Sagres, Lagos, Tavira e em todos os portos do Algarve, onde se havia de embarcar a gente do terço de Francisco de Tavora».

Tôda a esquadra embandeirada «com os seus estandartes de sêda nas gaveas»: galés, galeões, navios de alto bordo, náus venezianas, urcas e caravelas, levando à frente a mole flutuante de ouro onde ia «*o capitão de Deus*», navegava para Tânger.

Assim acabava naquela apoteose o poder marítimo do Portugal dos descobrimentos. Assim, naquele cortejo de poêma épico, que parecia organizado por um Camões ou um Ariosto, ia para a morte, entre os trovões da artilharia e o clangor das fanfarras, o Portugal do Mestre d'Avis, do Infante D. Henrique, de D. João II e de D. Manuel, levado para um sepulcro de areia com as suas liberdades, as suas glórias, a sua fé, o seu heroísmo, as suas

conquistas, as suas riquezas e os seus impérios.

¿Era louco o plano de D. Sebastião? ¿Eram levianos os seus desígnios? De modo nenhum. O empreendimento de política mercantil do Oriente falira. Para sustentar a Índia seriam necessários o dobro dos homens e dos sacrifícios que custaria a manter ao pé da porta o Algarve africano. D. Sebastião era inspirado no seu projecto por um seguro instinto de política nacionalista. Suprema injustiça é querer vêr apenas em D. Sebastião o vencido de Alcácer-Quibir, e não o herói que ia combater pelo proveito da pátria. O seu acto não é um suicídio, mas uma reacção. Pretendendo ressuscitar as virtudes antigas, a sua castidade, irmã da de Nun'Alvares, era um protesto contra os vícios que infeccionavam a nação. A sua curta e formosa vida é um exemplo de imaculada fé, de coragem enérgica, de dignidade nobre e de patriotismo ardente. Podendo dormir entre os braços brancos de Margarida de

Valois e envelhecer entre festins e caçadas, vendendo a pimenta da Índia e divertindo-se com as facécias dos bobos, preferiu ao amor das mulheres o amor da pátria e quís ser antes um herói do que um mercador de especiarias. Foi vencido: eis a culpa que lhe assacam. Foi um temerário: eis o defeito com que o desprestigiam. No depoïmento de quantos procuraram alijar as suas responsabilidades inculpando o monarca pela decadência que quís regenerar, e na obra tendenciosa com que a política espanhola intentou abafar a patriótica saüdade portuguesa pelo seu rei, se tem pretendido confirmar a sentença iníqua.

A verdade é outra. No campo de Alcácer, não foi uma pátria próspera e forte que caíu em delíquio, mas uma pátria enferma, de energias gastas, que o rei cavaleiro pretendera vitalizar no contacto com o perigo e reanimar com os estimulantes da glória.

Se o heroísmo désse ouvidos à prudên-

cia, não haveria heróis. Condenar D. Sebastião pela sua derrota eqüivale a julgar o infante D. Henrique pelo chéque desairoso de Tânger, que empanou a sua honra de cavaleiro, e Carlos V pela desfeita deplorável de Alger, que embaciou o seu prestígio de guerreiro. Se o grande Infante tivesse perecido ou ficado cativo como o desventurado irmão, Portugal não haveria talvez intervindo com os descobrimentos nos destinos da humanidade. A emprêsa de D. Sebastião não era mais temerária, nem tanto, do que a de Afonso Henriques em Ourique, a de Nun'Alvares em Atoleiros, a de D. João I em Aljubarrota, a de Affonso V em Arzila, a de Albuquerque na Índia. Trinta e oito anos antes, Carlos V, o maior soldado do século, acompanhado de capitães da estatura de André Dória, Fernando Cortez, o duque de Alva, Camilo Colonna e Nicolau de Villegaignon, dispondo de uma esquadra de duzentas e sessenta e cinco velas e de um exército de vinte e dois mil soldados es-

panhóis, alemães e italianos, não conseguira vencer alguns centos de turcos comandados por um eunuco.

D. Sebastião perdeu-se para salvar o seu reino. Se com êle e os seus nobres cavaleiros se perdeu o reino foi só porque na alma nacional já não havia, como na sua, ideal reagente, intrepidez audaz, energia poderosa.

CURTO reinado do cardeal D. Henrique é a missa de requiem da dinastia. Na Rua Nova, os mercadores continuavam a fazer os seus negócios, mas a nação desamparada ia tombar em sono cataléptico. Privado da casta dirigente que o havia conduzido ao capitólio, o povo sem arrimo só sabia carpir-se. Com a síncope da pátria eclipsava-se o sol da fortuna, que por oitenta anos iluminára o império do Oriente. D. Luís de Ataíde chegara a Gôa no fim Agôsto de 1579, mês fatal em que, prefazia um ano, D. Sebastião caíra trespassado de golpes no areal funesto de

Alcácer-Quibir. O herói sobrevivente da epopeia não tardaria também a morrer, como Albuquerque, Vasco da Gama e D. João de Castro, no palco das suas glórias.

A política legalista ia favorecer a pretenção legítima de Filipe II à herança da coroa de Portugal. Não existiam desta vez um mestre de Avis, um Nuno Álvares e João das Regras capazes de, em nome da liberdade, infringirem o direito, opondo-lhe a vontade nacional sustentada nos campos de batalha. Decerto, o patriotismo ainda tinha os seus campeões, como esse belo Febo Moniz, mas faltava a energia coordenadora, a sugestão magnética de um chefe prestigioso. Como na sucessão de D. Fernando, a nobresa, com poucas excepções, confessava-se partidária da legitimidade, respeitadora dos direitos hereditários.

¿Sôbre a cabeça dos filhos de D. João II e de D. Manuel não estivera por alguns meses suspensa a coroa de Castela? Es-

tes precedentes actuavam nas consciências com singular poder. Quando o bastardo do infante D. Luís, aclamado em Santarém, se bate em Alcântara com as fôrças do duque de Alva, aquela pequena e infeliz Aljubarrota não passa de um tumulto. É um breve conflito armado, quási uma arruaça, que serve de pretexto ao saque dos castelhanos.

A bem dizer, o cardeal não governou. O seu reinado prolongou uma agonia e serviu a Filipe II para preparar o acesso ao trono. A nação arquejava. A remissão dos cativos retidos em Fez, Marrocos, Larache, Alcácer e Tetuão, constituia o mais absorvente negócio do Estado. O resgate dos prisioneiros ia custando tanta como a guerra custara. A liberdade dos oitenta fidalgos de *número,* entre os quais os dois filhos do donatário de Pernambuco, foi paga por 400 mil cruzados. Não só o exército de D. Sebastião, mas Portugal inteiro, fôra vencido em Alcácer-Quibir. Como Santa Terêsa, que no convento, debulhada

em pranto, interpelava Jesus sôbre a injustiça divina, que concedera a vitória aos infieis sôbre o capitão de Deus, o povo, «dando às lágrimas todo o pêso das vozes», lamentava no infortúnio atroz o abandono da protecção celeste. ¡Sorte adversa que permitira que um rei largasse o scetro quando devia começar a pegar-lhe, e outro lhe pegasse quando era tempo de largá-lo!

Portugal jazia prostrado no seu delíquio; e assim caído entre as nações, o seu corpo imenso, cujos membros se prolongavam até à Ásia e América, infundia pasmo. Era o maior império que, depois do de Roma, um povo creára na terra. Ligado agora ao império espanhol, que devia ampará-lo, não tardaria a desmoronar-se, como para prova de que nenhum poder jàmais igualaria a energia da sua decaída liberdade. Sôbre a Índia desamparada pelas espadas dos heróis, ia abater-se a audácia e a cobiça dos competidores. Os persas e os inglêses tomariam Ormuz, os

holandeses Malaca, os canarins as terras de Onor e Mangalor, os árabes a cidade de Mascate. Aliados aos xingalás, os soldados e aventureiros da Holanda apossar-se-iam das cidades de Columbo e Negumbo, das fortalesas de Gale, Betacalo, Manar e Triclimalé. No Malabar cairiam Meliapor, Cochim, Cananor, Coulão, Cangranor e Negapatão. Assim se decompunha como um cadáver, na regência de Espanha, aquele dilatado império que, principiando no Cabo da Boa Esperança, corria por quatro mil léguas até ao de Liampó, na China, abrangendo os territórios de Moçambique, Inhambane, Sena, Tette e Mombaça com os mercados de ouro e do marfim; a inexpugnável Mascate, plantada entre o estreito de Meca e Baçorá; Ormuz e Bander-Congo na Pérsia; a famosa Diu na foz do Indo; as tanoarias de Asserim, Danu, Agaçaim, Manorá e Trapor; as cidades de Beçaim, Damão e Chaul; Gôa, rainha do império, com a sua cintura de muralhas, as suas

igrejas, palácios e conventos; Bardez e a praça de Rachal em Salcete; Ceilão, Malaca e as Molucas pagas com ouro e sangue; as praças fortes de Ambuim, Tidoré e Ternate; a ilha de Macau com a sua cidade do Nome de Deus... (1).

Nas mais longínquas paragens do universo, sempre os portugueses tinham vencido com glória infinitos trabalhos, fadigas sem conta, perigos assustadores, subjugando nações, humilhando reis, dominando as cóleras dos homens e dos elementos, adqüirindo pelo prêço de heróicas façanhas, «mais memoráveis que críveis», uma

---

(1) Do império do Oriente, banhado pelo mar Índico, restam hoje na posse de Portugal: Moçambique (2.300 k. de costa e 760.000 k.²); Gôa, na costa do Malabar e gôlfo de Cambaia, com as penínsulas de Salcete e Bardez (3.806 k.²); Damão, na costa ocidental do Industão (384 k.²); Diu, no extrêmo meridional de Catiuvar, na costa meridional do Guzarate (52 k.²); Macau, compreendendo a minúscula península de Ngaoman e as ilhas da Taipa e Caloâne (10 k.²); a parte NE de Timor, ilha da Malasia, incluíndo os territórios de Ocussi-Ambeno (18.989 k.²).

glória imortal que não apagará a carreira longa do tempo. «Mas estes mesmos homens dominantes, no ponto vertical das suas prosperidades e grandesas, para que os não exalte a jactância sôbre a face da terra, vão viver durante sessenta anos sujeitos, debaixo de jugo alheio, com a sua coragem pasmada, a sua glória abatida, e em figura de outros homens que não parecem portugueses» (1).

Em menos de um século ruia a arquitectura imperialista de D. Manuel, que tanta despesa e canceira custara a sustentar a D. João III. Porém, na banda austral do Novo Mundo, voltada para a África, alguns milhares de portugueses perdidos entre as selvas fundavam os alicerces solidissimos de um novo e imperecível império, que sobreviveria aos séculos, e para onde os desterrados haviam transportado

(1) *Historia Geral de Portugal e suas Conquistas*, por Damião António de Lemos. Tomo XVII, pág. 259.

com os arados e as lanças aquela robusta concepção da pátria batalhadora e rural, que até à aventura do Oriente mantivera, resoluta e vivaz, enérgica e insuplantável, a pequenina nação da península ibérica.